

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Patrícia de Oliveira Bastos

**Violência e Civilidade na Grande Guerra:
Uma análise do vocabulário de Sigmund Freud e Bertrand Russell**

Monografia apresentada à Graduação em História
da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do
título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Gantus Jasmin

Rio de Janeiro
Dezembro de 2017

Agradecimentos

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pela oportunidade de cursar a graduação numa das melhores instituições privadas do país. O comprometimento com a formação de professores e com a excelência de seus alunos proporcionaram bolsas de estudos essenciais para minha permanência na universidade.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo suporte financeiro a este trabalho, em especial num contexto de crise e sucessivos cortes na educação.

Agradeço aos meus professores de História do Ensino Médio, grandes responsáveis pelo meu encantamento com a disciplina. Agradeço em especial a Camilo David, o primeiro a me incentivar a seguir por este caminho de padecimento no paraíso, e a Pablo Fonseca, cujas aulas me fizeram ter certeza de que encontraria a felicidade ensinando História.

Agradeço às amigas do tempo de escola, que nunca precisaram entender minha paixão por História para reconhecer o brilho indisfarçável em meus olhos nas (muitas) vezes em que discorri sobre o assunto. Jaqueline, Victória, Luiza, Gabrielle, Karen, Marina, Luísa, Vanessa, Camille, Kareen, Heslaine e Bruna, obrigada por não permitirem que a distância desfizesse laços construídos com tanto carinho.

Agradeço aos novos amigos apresentados pela PUC-Rio, que dividiram comigo as alegrias e angústias cotidianas. Beatriz, Matheus, Renata, Ana Carolina, Clarissa, Hélio, Rafaela, Daniella, Juliana, Renato, Annelyze e Marcelly, obrigada por terem me mostrado que a faculdade é fonte de conhecimento, risada e boas conversas.

Agradeço ao corpo administrativo do Departamento de História pela disposição em sanar dúvidas, pela ajuda em momentos de aperto, pela solução de problemas tecnológicos, pelo empréstimo de computadores, pelas boas risadas e pelo santo café da Sala Ilmar Mattos. Cláudio, Anair, Cleusa, Edna e Igor, vocês são verdadeiros anjos.

Agradeço aos meus queridos professores que, mesmo sem se darem conta, sempre nos ensinaram muito mais do que análise de fontes e debates historiográficos. Agradeço especialmente ao saudoso professor Ricardo

Benzaquen de Araújo, que a cada aula contrariou as expectativas negativas que eu tinha em relação à Teoria da História – na verdade, foi a descoberta de um universo fascinante, que eu não imaginava existir. Enfim...

Agradeço em especial também ao professor Maurício Barreto Alvarez Parada, meu leitor crítico e antigo tutor no Programa de Educação Tutorial. Foi um prazer estar sob seu olhar atento ao longo de praticamente toda a graduação, e espero que este trabalho possa ser uma evidência do crescimento intelectual daquela tímida aluna do terceiro período.

Agradeço a meu caríssimo orientador, Marcelo Gantus Jasmin. Ao final do primeiro dia de aula do segundo semestre de 2014, já soube que queria tê-lo como orientador. Obrigada pela paciência, pela dedicação, pela ternura nas correções, pelos elogios inesperados e pela honestidade em todos os comentários. Obrigada por ter acreditado neste trabalho.

Agradeço a meu admirado e admirável companheiro, Rodrigo Fampa. Obrigada pelo apoio incondicional, por nunca reclamar quando digo que preciso passar o final de semana estudando, por incentivar minha ousadia e por ser meu porto-seguro. Obrigada pela disposição em ler tudo o que escrevia sem receber nada em troca além de abraços e gratidão. Obrigada por ter acreditado em mim quando nem eu mesma era capaz disso.

Agradeço à minha família por sempre ter colocado a educação como prioridade e por ter me ensinado a almejar o que de melhor estivesse a meu alcance, qualquer que fosse minha escolha profissional. É por causa dos exemplos de perseverança e primor que tive e tenho em casa, que me formo uma historiadora e professora dedicada. Meu percurso na graduação se deve também a vocês.

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo analisar e comparar dois ensaios escritos pouco após a eclosão da Primeira Guerra Mundial: *Considerações atuais sobre a guerra e a morte* (1915), de Sigmund Freud, e *Princípios de Reconstrução Social* (1916), de Bertrand Russell. A partir da observação de que ambos os autores fizeram considerações semelhantes sobre a natureza humana e adotaram um vocabulário muito afim para se referir às forças inconscientes do homem (pulsão/impulso), buscou-se investigar as possíveis relações existentes entre esses escritos.

Palavras-chave:

Primeira Guerra Mundial; pulsão; impulso; Sigmund Freud; Bertrand Russell

Abstract:

The present work aims to analyze and compare two essays written shortly after the First World War's outbreak: *Thoughts for the Times on War and Death* (1915), by Sigmund Freud, and *Principles of Social Reconstruction* (1916), by Bertrand Russell. It was observed that both authors have made similar considerations about human nature and have adopted a very similar vocabulary to refer to the unconscious forces of man (instinct/impulse). Therefore, the study sought to investigate the possible connections between these writings.

Keywords:

First World War; instinct; impulse; Sigmund Freud; Bertrand Russell

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1. Sigmund Freud e a teoria das pulsões	
1.1. Vislumbres biográficos	12
1.2. Pulsão e instinto no vocabulário freudiano	17
1.3. A cultura vai ao divã: <i>Considerações atuais sobre a guerra e a morte</i>	21
Capítulo 2. Bertrand Russell e a ideia de impulso	
2.1. Vislumbres biográficos	28
2.2. Pode um lógico fazer filosofia moral?	31
2.3. O desvio da lógica: <i>Por que os homens vão à guerra (Princípios de Reconstrução Social)</i>	36
Conclusão	42
Bibliografia	52

*Caverns there were within my mind, which sun
Could never penetrate...*

(William Wordsworth)

Introdução

Ora, todas as investigações que considerem apenas a consciência do homem, sua “razão” ou “ideias”, ignorando ao mesmo tempo a estrutura das pulsões, a direção e a forma dos impulsos humanos, só podem ter, por princípio, um valor bastante limitado. Uma parte enorme do que é indispensável para compreender o homem escapa desse enfoque.

(Norbert Elias, O Processo Civilizador, v. 2, p. 236)

Em razão do recorte cronológico da presente pesquisa, a atitude mais sensata pareceu ser a de iniciar com uma breve discussão bibliográfica a respeito da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Em virtude do volume de obras sobre o conflito, seria impossível, no sentido prático, dar conta de tudo o que já foi produzido. Por isso, decidiu-se partir da leitura da obra *The Great War in History: debates and controversies, 1914 to the present* (2005)¹, de Antoine Prost e Jay Winter, como forma de ter acesso a um balanço historiográfico criterioso que permitisse ter uma visão geral das principais publicações sobre a Grande Guerra.

De fato, Winter e Prost fornecem uma gama de informações diversas e muito bem organizadas para quem deseja se aproximar do tema. Como aqui não cabe um detalhamento do trabalho desses historiadores, resumo, de maneira bastante simplificada, os resultados do estudo através da identificação de três fases ou gerações de historiadores e de temáticas privilegiadas:

A primeira geração, contemporânea ao conflito, e por isso mesmo apelidada pelos autores de *the Great War generation*, foi comandada por políticos, soldados e militares que passaram pela experiência da Guerra. A história que se fazia da Primeira Guerra era uma história essencialmente militar, escrita “de cima para baixo”, que mobilizava documentos publicados pelos governos de diferentes nações na busca do responsável pelo início do conflito, e que tinha um forte caráter pedagógico face a possibilidade de um novo conflito.

A segunda fase, entre as décadas de 1920 e 1960, foi muito influenciada pela perspectiva de uma análise social da guerra: a temática militar e diplomática permaneceu, porém com um viés diferenciado. A história passa a ser escrita “de

¹ PROST, A.; WINTER, J. *The Great War in History: debates and controversies, 1914 to the present*. New York: Cambridge University Press, 2005.

baixo”, e decisões estratégicas começaram a dividir espaço com a economia, a sociedade e a política. Logo se percebeu a influência de uma história das mentalidades em trabalhos que procuravam lidar com rebeliões no exército, mobilização de soldados e motivos pouco óbvios, como códigos de honra, que levaram os homens à guerra.

Entre as décadas de 1970 e 1980, emergiu uma terceira geração, chamada de *Vietnam generation* por Jay Winter, que sofreu tanto os efeitos da história cultural quanto dos questionamentos sobre intervenções militares, vendo a guerra como algo causador de consequências desastrosas para todos os envolvidos. A questão da memória e da investigação dos sentimentos e emoções marcam essa fase, que tratou de temas tão variados quanto as razões da guerra, a realidade do *front* e as interpretações, por parte dos civis, do conflito.

Nesse sentido, a geração historiográfica que talvez mais interessaria à presente proposta de trabalho seria a primeira, que se debruçou primeiro e mais atentamente sobre as possíveis causas da Grande Guerra.² Tendo em consideração que esses autores estavam atravessados por compromissos políticos nada dissimulados, sua reação inicial ao conflito foi discutir (e disputar) a questão da responsabilidade pela Guerra, atribuída de imediato à Alemanha³, e, num segundo momento, procurar as “causas mais profundas” para a eclosão do conflito, como questões diplomáticas. Por outro lado, apesar de Prost e Winter apontarem que, no interior da história social, a história cultural já existia e se manifestava em termos como “mentalidade”, “ideias” ou mesmo “psicologia”, considera-se que a influência desta última permanece bastante fora do foco de análise daqueles que se propuseram a refletir sobre o que teria levado os homens europeus ao combate. Nesse sentido, a escolha das palavras de Norbert Elias como epígrafe deu-se não (apenas) pelo fato de o autor mobilizar os dois conceitos centrais para a discussão que aqui se pretende realizar, mas pela própria ideia contida nessas sentenças: o

² “The first questions to be asked about the war are who was responsible for its outbreak? Why did it occur? For what reason? What possible explanation was there for the cataclysm? However, as years passed, new questions arose. In particular, that of the belligerents’ war aims came to the fore”. In: *Ibid.*, p. 34. Tradução: “As primeiras perguntas a serem feitas a respeito da guerra eram quem foi o responsável pela sua eclosão? Por que ela ocorreu? Por que razão? Qual a possível explicação para o cataclisma? Entretanto, conforme os anos se passaram, novas questões surgiram. Em particular, a dos objetivos de guerra dos beligerantes veio à tona” [tradução livre].

³ Observar o trabalho do historiador alemão Fritz Fischer, *Germany's Aims in the First World War* (publicação original em 1961, publicado em inglês em 1967), no qual ele defende que a responsabilidade pela eclosão da guerra recaía unicamente sobre o Império Alemão.

exame exclusivo da consciência do homem é insuficiente para compreendê-lo. Assim, o que se busca fazer é, partindo das reflexões de Sigmund Freud e Bertrand Russell sobre a Primeira Grande Guerra, pensar numa chave de “explicação” para a Guerra que seja da ordem do **inconsciente**. Considera-se que o exame detido das noções de **pulsão** e de **impulso** seja particularmente útil para as reflexões que esse tipo de olhar implica.

Entretanto, é importante considerar que, se os textos em questão se configuram como respostas ou reações à Guerra, então é fundamental pensar a inserção de seus autores no contexto da época. Dessa forma, o estudo em questão segue sugestões da perspectiva teórica de Quentin Skinner⁴, segundo a qual a correta compreensão de um texto, ideia ou teoria pressupõe o entendimento daquilo que os seus autores pretendiam comunicar ao escreverem, no momento em que escreveram, para o público específico que tinham em mente.⁵ Profundamente marcado pela filosofia da linguagem, em especial pelas ideias de John L. Austin, Skinner propõe, então, que o trabalho de análise de um dado pronunciamento deveria começar pela tentativa em delimitar a rede de comunicações que poderiam ter sido estabelecidas na ocasião da enunciação, e prosseguir pelo traçar das relações entre tal pronunciamento e seu contexto linguístico mais amplo.⁶ Isso implica considerar o texto não como um conjunto de ideias soltas, “descoladas” da realidade, mas inserido em seu contexto social e, o mais importante, linguístico. Segundo ele:

Uma vez que se percebe, dessa forma, que o foco apropriado de estudo é essencialmente linguístico e que a metodologia apropriada, conseqüentemente, tem a ver com a recuperação das intenções, o estudo de todos os fatos relacionados com o contexto social de um determinado texto pode, então, ocupar seu lugar como parte desta empresa essencialmente linguística. O contexto social aparece, assim, como o melhor marco para ajudar a decidir quais os significados reconhecíveis de maneira convencional poderiam, em princípio, estar à disposição de alguém.⁷

⁴ SKINNER, Q. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p.358-399. jan./abr. 2017. Tradução de: Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: SKINNER, Q. Visions of Politics. Londres: Cambridge University Press, 2001, vol. 1, cap. 4, pp. 57-89. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180309202017358>

⁵ *Ibid.*, p. 395.

⁶ *Ibid.*, p. 395-396.

⁷ *Ibid.*, p. 396.

No contexto dos limites de um trabalho de monografia, onde seria impossível cumprir o programa de Skinner, reconhece-se que a aplicação integral da metodologia que o autor propõe fica impedida. Além disso, a língua alemã se apresentou como um obstáculo intransponível para a investigação de recepção mais imediata do ensaio de Sigmund Freud. Dessa forma, o esforço de compreensão dos textos se colocou como a alternativa mais viável para se tentar compensar, de alguma forma, essa falta.

Nesse sentido, poder-se-ia considerar que a eclosão da Grande Guerra produziu (e significou) uma fissura nos pilares do projeto civilizacional de Europa concebido pelos ideais iluministas do século XVIII, pautados principalmente pela educação e racionalização dos costumes, e por um horizonte de progresso histórico. Na virada do século XIX, as grandes nações europeias, como França, Inglaterra e Alemanha, consideravam-se as detentoras, por excelência, dos valores culturais, filosóficos, artísticos e científicos da época, e boa parte do mundo as via da mesma maneira. Dessa forma, observaram-se manifestações de estranhamento com a erupção de um conflito de tal magnitude entre nações “civilizadas”.

Por outro lado, houve, de fato, uma mobilização em direção à guerra por parte da população dessas nações, o que inclusive contribuiu para que o conflito tomasse proporções inimagináveis para a época. Como explicar o aparente paradoxo contido na eclosão de uma guerra sangrenta e devastadora entre povos tidos como altamente civilizados?

Os textos de Freud e de Russell parecem se inserir justamente nesse conjunto de ideias e debates sobre as origens de uma guerra como jamais se vira. Ambos os ensaios foram escritos em 1915, mas Russell só tornaria públicos estes escritos em 1916, na ocasião de suas palestras em Cambridge e da posterior publicação do livro. A escolha de tais obras como fontes privilegiadas da pesquisa justifica-se principalmente pela curiosidade suscitada ao entrar em contato com obras tão díspares em relação às demais produções desses autores. Além disso, a ausência de qualquer indicação de que Freud ou Russell tenham entrado em contato com a obra um do outro antes da guerra certamente intensificou esse interesse, em especial quando se notou que os trabalhos se aproximavam em diversos pontos.

Capítulo 1. Sigmund Freud e a teoria das pulsões

In all of us, even in good men, there is a lawless wild-beast nature, which peers out in sleep.
(Platão. "A República" Livro IX, 571d)

1.1. Vislumbres biográficos

Apontado por Peter Gay como o “grande decifrador de enigmas humanos”⁸, Sigmund Freud (1856-1939) certamente impactou de maneira significativa a visão ocidental a respeito do ser humano. Suas ideias radicais e muitas vezes polêmicas redesenharam os caminhos da neurologia e da psicologia, em especial na direção da psicanálise, considerada a grande “filha” do pensamento freudiano. Todavia, se Freud é considerado hoje um pensador respeitado e incontornável para a Psicologia (e tantas outras áreas), o percurso até o reconhecimento foi longo e tortuoso. Muitas de suas teorias foram exaustivamente questionadas e rechaçadas, e ele já ultrapassava os sessenta anos quando os louros finalmente foram-lhe conferidos.

Nascido no seio de uma família judaica de posses limitadas, Freud mostrara desde a juventude ambição e inteligência suficientes para animá-lo com a perspectiva de uma carreira ilustre. Inicialmente inclinado pelo direito, acabou decidindo-se pela medicina – embora admitisse não sentir nenhuma predileção pela posição e atividade de um médico. O que sentia era, sim, uma ânsia de conhecimento⁹, que reconheceria, numa observação retrospectiva, “mais dirigida para os assuntos humanos do que para os objetos naturais”.¹⁰ Embora considerasse, em 1935, que as ciências naturais, a medicina e a psicoterapia constituíram um “desvio durante toda uma vida”¹¹, é impossível negar suas influências sobre o pensamento freudiano.

Assim, em 1873, o jovem de dezessete anos ingressava no curso de medicina da Faculdade de Viena, onde, em meio a cursos de temas humanísticos e estudos de medicina, ficaria à deriva por oito anos. Na faculdade, se deparou com uma das figuras que o influenciariam profundamente: Ernst Brücke¹², com seus

⁸ GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 22.

⁹ *Ibid.*, p. 40.

¹⁰ FREUD apud GAY. *Ibid.*, p. 40.

¹¹ FREUD apud GAY. *Ibid.*, p. 41.

¹² Ernst Wilhelm Ritter von Brücke (1819-1892) foi um médico e fisiologista alemão.

“terríveis olhos azuis”, ensinaria a Freud o ideal da autodisciplina profissional e certa atitude positivista¹³ que, anos depois, seria pervertida pelo pupilo em suas reflexões psicanalíticas.¹⁴ Entretanto, o Freud dos anos de 1880 não poderia ser visto como um psicanalista em germe – “ele continuava”, nos informa Gay, “com suas pesquisas em anatomia, especialmente cerebral. Mas estava começando a se dedicar à psiquiatria, com olhos postos no rendimento financeiro”.¹⁵ O desejo de desposar Martha Bernays já o tinha levado ao Hospital Geral de Viena, mas os cargos que vinha lentamente galgando não lhe conferiam um salário suficiente para manter o lar burguês a que ambos aspiravam.

Assim, levando em conta “considerações materiais”¹⁶, Freud iniciou o estudo das doenças nervosas em 1885, graças a uma bolsa que lhe permitiu ir até Paris encantar-se pessoalmente com a figura de Jean-Martin Charcot¹⁷, que terminaria afastando Freud dos microscópios e estimulando-o a seguir numa direção para qual o jovem médico já parecia se encaminhar: a psicologia.¹⁸ Com Charcot, aprendeu a levar a sério o comportamento dos pacientes, por mais bizarro que fosse; a observá-los atentamente e a confiar no que via – de certa forma, aprendeu a subordinar a teoria aos fatos vivenciados na prática.¹⁹

De volta a Viena em 1886, após uma escala em Berlim para estudar doenças infantis, Freud demitiu-se do Hospital Geral e passou a atender a consultas particulares. Apesar de sua principal preocupação consistir em ganhar a vida, não abandonou a pesquisa e as reuniões com os colegas da associação médica de Viena – não que isso constituísse exatamente uma vantagem: seu entusiasmo com

¹³ “A filosofia da ciência de Brücke foi tão formativa para Freud quanto seu profissionalismo. Era um positivista por temperamento e convicção. O positivismo não era tanto uma escola organizada de pensamento, e sim uma atitude difusa em relação ao homem, à natureza e aos métodos de investigação. Seus partidários tinham a esperança de trazer o programa das ciências naturais, suas descobertas e métodos, para a investigação de todo o pensamento e ação humanos, públicos e privados”. In: GAY. *Op. cit.*, p. 48.

¹⁴ “[...] todos os fenômenos naturais, sustentava Brücke, são fenômenos de movimento. Freud ouviu essas conferências com naturalidade, concordando com elas. Na verdade, sua adesão à concepção básica de ciência de Brücke resistiu à sua passagem das explicações fisiológicas para as explicações psicológicas das ocorrências mentais. [...] O fato de que Freud iria aplicar os princípios de seu mentor de uma forma que Brücke dificilmente teria previsto, e não aplaudiria com muito entusiasmo, não diminui a dívida de Freud em relação a ele”. In: *Ibid.*, p. 49.

¹⁵ *Ibid.*, p. 58.

¹⁶ FREUD apud GAY. *Ibid.*, p. 58-59.

¹⁷ Jean-Martin Charcot (1825-1893) foi um médico francês conhecido principalmente pelo uso da hipnose no tratamento da histeria.

¹⁸ GAY. *Op. cit.*, p. 60.

¹⁹ *Ibid.*, p. 62-63.

o trabalho de Charcot com a hipnose reforçou o ceticismo que despertara com a defesa da cocaína (para fins medicinais, naturalmente).

Entretanto, nem só de frustrações vivia Sigmund Freud. Entre seus apoiadores figuravam, honrosamente, Josef Breuer²⁰ e Wilhelm Fliess²¹, este último grande confidente entre o período de 1887 e 1902, quando a amizade foi rompida por Fliess. Contudo, durante a fase inicial, os laços eram fortes o suficiente para que Freud enviasse ao amigo seus rascunhos para o trabalho que preparava em conjunto com Breuer, *Estudos sobre a Histeria*, que viria a ser publicado em 1895. O primeiro caso discutido no livro é o de “Anna O.” (Bertha Pappenheim), que figura como o fundador da psicanálise²² justamente pelo mecanismo da “cura pela fala”, mobilizado por Breuer já em 1880.

Dessa forma, “ouvir, para Freud, tornou-se mais do que uma arte; tornou-se um método, uma via privilegiada para o conhecimento, à qual os pacientes lhe davam acesso”²³, em especial porque muitos de seus pacientes não pareciam ser “hipnotizáveis”. A partir da prática clínica e da escuta atenta, Freud elaborou uma série de artigos para registrar suas descobertas e elaborar suas teorias. Em 1895, começou a desenvolver um projeto para uma psicologia científica – sua *Psicologia para Neurologistas* tinha dois objetivos bem definidos: introduzir o ponto de vista quantitativo e levar a psicopatologia a inspirar a psicologia geral.²⁴ Apesar de tê-lo abandonado, o projeto consistiu num primeiro esboço de suas ideias sobre as pulsões, a repressão e a defesa, a “economia” mental com suas forças energéticas em conflito. Segundo Peter Gay, Freud

[...] estava à beira, não de uma psicologia para neurologistas, mas de uma psicologia para psicólogos. Os substratos fisiológicos e biológicos da mente nunca perderam sua importância para Freud, mas por várias décadas recuaram para um segundo plano, enquanto ele explorava os domínios do inconsciente e suas manifestações no pensamento e na ação – lapsos, chistes, sintomas, defesas e, a mais intrigante de todas, sonhos.²⁵

²⁰ Josef Breuer (1842-1925) foi um médico psiquiatra austríaco que muito contribuiu para o desenvolvimento da psicanálise – foi ele o responsável pelo tratamento de Bertha Pappenheim, a famosa “Anna O.”, que chamaria o método de Breuer de “cura pela fala”.

²¹ Wilhelm Fliess (1858-1928) foi um médico alemão especializado em cirurgia e otorrinolaringologia, mas que foi personagem importante no se pode considerar a “pré-história” da psicanálise.

²² GAY. *Op. cit.*, p. 74.

²³ *Ibid.*, p. 80.

²⁴ *Ibid.*, p. 87.

²⁵ *Ibid.*, p. 89.

Os sonhos foram, para Freud, fundamentais para a evolução do pensamento psicanalítico. Sonhar é uma experiência ao mesmo tempo universal e particular, corriqueira e misteriosa, e, talvez o mais relevante para o projeto freudiano, normal; passível, portanto, de ser alvo de investigação não só no caso de neuróticos, mas também no de indivíduos “normais” – por outros caminhos, Freud conseguiria realizar seu empreendimento de iluminar a psicologia geral pela via da psicopatologia.

A partir de 1900, aproximadamente, a psicologia tomou a dianteira. Com *A Interpretação dos Sonhos*, Freud redescobriria o inconsciente, essa ordem oculta que também governa a mente humana. De uma noção vaga, o inconsciente foi elevado à condição de fundamento da psicanálise, e suas origens e conteúdos passaram a ser investigados. Não demorou muito para que Freud esclarecesse as relações entre inconsciente e repressão ensaiadas nos primeiros anos de teorizações psicanalíticas: o inconsciente seria, então, uma espécie de prisão de materiais reprimidos que procuram sempre fugir, e cuja fuga tem alto custo para o sujeito e para os demais.²⁶ Um caminho razoavelmente inócuo de manifestação dessas materiais do inconsciente é, justamente, o sonho. É nesse sentido que “todo sonho é a realização de um desejo” – a saber, um desejo interdito por seu caráter anti-social.

Na época, apesar da insistência de vigorosas críticas, Freud já tinha reunido um pequeno grupo de admiradores, e a Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras começou a reunir-se no outono de 1902.²⁷ Wilhelm Stekel²⁸, Max Kahane²⁹, Rudolf Reitler³⁰ e Alfred Adler³¹ deram início ao tímido séquito de entusiastas da psicanálise que se reuniam semanalmente para discutir artigos e lançar (mas também criticar) teorias. Progressivamente, novos membros foram incorporados e outros se retiraram, e a Sociedade Psicanalítica de Viena consolidou-se em 1908.

Pode-se considerar este grupo razoavelmente mais formal do que o anterior, e os debates em seu interior se encaminharam para uma tentativa de pensar a psicanálise para além do consultório. Numa carta a Jung em 1910, Freud diria

²⁶ *Ibid.*, p. 131.

²⁷ *Ibid.*, p. 170.

²⁸ Wilhelm Stekel (1868-1940) foi um médico e psicólogo austríaco. Chegou a ser descrito como o mais notável discípulo de Freud.

²⁹ Max Kahane (1866-1923) foi um médico e psicanalista austríaco.

³⁰ Rudolf Reitler (1865-1917) foi um médico e psicanalista austríaco.

³¹ Alfred Adler (1870-1937) foi um médico e psicólogo austríaco. É considerado o fundador da psicologia do desenvolvimento individual.

estar “cada vez mais imbuído da certeza do valor cultural da ψ A [psicanálise]”, e acrescentaria: “e desejaria que um sujeito inteligente extraísse dela as consequências justificadas para a filosofia e a sociedade”.³² Por mais ambicioso que fosse, Freud não poderia imaginar que ele próprio seria esse sujeito inteligente.

Assim, em *Totem e Tabu*, ele se afastou da concretude de suas inferências clínicas para alçar voo por terras explicitamente hipotéticas, procurando “determinar o momento em que o homem deu o salto para a civilização, prescrevendo para si os tabus indispensáveis a todas as sociedades organizadas”.³³ Seguindo o trilho das possíveis relações entre o comportamento mental dos primitivos e dos modernos, Freud formulou a ideia de que a cultura está num constante jogo de negociação com o princípio do prazer³⁴ – e, se o inconsciente, não pode escapar à cultura, esta também não poderia escapar à psicanálise.

Os prolíficos encontros da Sociedade Psicanalítica e o florescimento da “ciência psicanalítica” foram perturbados pela guerra que eclodiu no final de julho de 1914 e que rapidamente abarcou a maior parte da Europa. Como a maioria de seus contemporâneos, Freud se entregou a um certo patriotismo entusiástico, que logo se amornou com a chegada da guerra à sua casa: sua atividade clínica reduziu-se drasticamente, seus seguidores foram convocados e seus três filhos participariam em combates até pouco antes do fim da guerra.

Em cartas a Lou Andreas-Salomé³⁵, Freud confessava seu pessimismo em relação à adequação, do ponto de vista orgânico, da humanidade à cultura europeia.³⁶ Assim, em 1915, inspirado pela angústia de perceber a forma como as pessoas estavam a se comportar naqueles “tempos miseráveis”, escreveu um par de ensaios sobre a desilusão gerada pela guerra e a atitude de seus contemporâneos em relação à morte – de acordo com Gay, “uma elegia por uma civilização que se autodestruiu”.³⁷

³² FREUD apud GAY. *Op. cit.*, p. 289.

³³ *Ibid.*, p. 301.

³⁴ *Ibid.*, p. 313-314.

³⁵ Lou Andreas-Salomé (1861-1937) foi uma intelectual alemã.

³⁶ GAY. *Op. cit.*, p. 327.

³⁷ *Ibid.*, p. 328.

1.2. Pulsão e instinto no vocabulário freudiano

Seguindo uma tendência, admito, pouco original, considero o vocabulário freudiano um problema por duas razões principais: a língua alemã e o próprio estilo de Freud, merecedor, inclusive, do prêmio Goethe³⁸, concedido geralmente a escritores e filósofos. Neste trabalho, não me dedico a refletir sobre este último tópico, embora reconheça a relevância do mesmo como objeto de pesquisa; entretanto, sendo meu ponto uma questão, essencialmente, de semântica, é mais coerente que me concentre no sentido dos termos empregados pelo autor.

Nesse sentido, começo por demarcar uma importante clivagem na tradução de um conceito-chave: *Trieb*. Por um lado, o que se poderia identificar como uma linha inglesa, que reconhece no termo *instinct* (instinto), escolhido por James Strachey para as edições da *Standard Edition*, a tradução mais adequada do vocábulo alemão. Por outro, tem-se preferência, sob forte influência lacaniana, pela ideia de *pulsion* (pulsão). Num primeiro momento, tal diferença pode parecer menor; todavia, resalto que indica, na verdade, vias distintas de interpretação do texto freudiano, e que merece, portanto, ser comentada um pouco mais a fundo.

Das traduções para o português utilizadas na pesquisa, destaco os comentários feitos por Paulo César de Souza³⁹ na obra *As palavras de Freud*⁴⁰ e o ensaio de Pedro Heliodoro Tavares⁴¹ contido na edição bilíngue de *As pulsões e seus destinos*⁴². Ao procurar justificar a escolha por instinto ou pulsão, cada um dos autores expõe argumentos que muito contribuem para a discussão e para a própria escolha de um dos termos neste trabalho.

É interessante notar que ambos os autores partem da própria definição de Freud do que estava em jogo quando se evocava o termo *Trieb*:

[...] um conceito fronteiro entre o anímico e o somático, como representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo que alcançam a alma, como uma medida da exigência de

³⁸ SOUZA, P. C. *As palavras de Freud: o vocabulário freudiano e suas versões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

³⁹ Paulo César de Souza é mestre em História (Universidade Federal da Bahia) e doutor em Língua e Literatura Alemã (Universidade de São Paulo).

⁴⁰ SOUZA. *Opus cit.*, p. 23.

⁴¹ Pedro Heliodoro Tavares é doutor em Psicanálise e Psicopatologia (Universidade Paris 7) e professor da área de Alemão – Língua, Literatura e Tradução (Universidade de São Paulo).

⁴² FREUD, S. *As pulsões e seus destinos*. Trad. Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Obras Incompletas de Sigmund Freud; 2).

trabalho imposta ao anímico em decorrência de sua relação com o corporal.⁴³

Para Souza, a questão parece residir justamente na (problemática) delimitação do que é cultural e do que é biológico⁴⁴, em especial a partir de uma nota de Strachey na qual o tradutor reconheceu a “pequena complicação” de Freud também fazer uso do termo *Instinkt* – “sempre, talvez (*sic*), no sentido de instinto de animais”⁴⁵. De acordo com Souza, a explicação, longe de relativizar o próprio emprego dos termos em alemão, serviu para que os intérpretes estabelecessem uma distinção nítida e absoluta entre *Trieb* e *Instinkt*; o que contribuiria, entre as línguas neolatinas, para a preferência pela tradução francesa, que, de acordo com o autor, acaba por opor o humano-simbólico ao instintivo-animal⁴⁶.

De fato, Souza elenca diversos argumentos muito pertinentes a seu favor, inclusive com o objetivo de justificar sua decisão de traduzir *Trieb* por “instinto”. Através da consulta a dicionários de língua alemã, o autor afirma que a polissemia do vocábulo *Trieb* permite definições amplas, vagas e ricas em associações; e que, na língua portuguesa, o mesmo ocorreria com o termo “instinto”, devido à rede de sentidos evocados pela palavra⁴⁷ – ao contrário de *pulsão*, um neologismo que, para ele, acaba por desprezar essas relações associativas e restringir-se ao campo da psicanálise freudiana.

É interessante notar como essa questão é cara para Souza, que dedica algumas páginas aos “problemas da tradução” (as aspas não são minhas, mas do próprio autor, que procurou com isso apontar como a expressão já se tornou um clichê). Segundo ele, a ambiguidade do vocábulo *Trieb* deve-se ao que é chamado de não isomorfismo léxico, ou seja, as palavras têm, com frequência, denotações um tanto quanto diversas entre duas línguas⁴⁸. Dessa maneira, a tradução deveria captar não o conteúdo idiomático de uma palavra, mas o “supraidiomático”. Para esclarecer, Souza segue a distinção de Eugenio Coseriu entre designação,

⁴³ FREUD, S. *Ibid.*, p. 25.

⁴⁴ SOUZA. *Op. cit.*, p. 257.

⁴⁵ STRACHEY apud SOUZA. *Ibid.*, p. 251.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 253.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 256-257.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 264.

significado e sentido⁴⁹: o significado é o conteúdo dado por uma língua específica, ao passo que a designação, embora dependa do significado linguístico, se refere ao fato extralinguístico; o sentido, por sua vez, “é o conteúdo especial de um texto ou de uma unidade textual, na medida em que esse conteúdo não coincida com o significado e a designação”⁵⁰. Nesse sentido, o tradutor teria a tarefa de transferir para outra língua não o significado de determinada palavra, mas seu sentido, na mesma situação, com os meios desse outro idioma. Foi justamente esta a perspectiva adotada por Souza ao traduzir *Trieb* por “instinto”, e não por “pulsão”.

Tendo realizado seu doutoramento em língua e literatura alemã, faz sentido que o autor se preocupe antes com a teoria da tradução. Entretanto, não posso deixar de fazer algumas objeções a pontos importantes de sua argumentação. Apesar de concordar com a perspectiva teórica segundo a qual ele se orienta, considero que Souza peca em dois momentos significativos de sua exposição. Se de fato o termo “pulsão” evoca uma trama de sentidos e associações menos variada que o vocábulo “instinto”, isso, por outro lado, não significa que as associações e sentidos habitualmente atribuídos a esta palavra liguem-se mais facilmente àquilo que Freud quis dizer com a ideia de *Trieb* – porque, mesmo que trabalhasse com um “complexo imbricamento do que seria biológico, filogenético, e do que seria psicológico, individual”⁵¹, Freud ainda diz claramente que “voltando-nos agora do lado biológico à **observação a partir da vida anímica**, então nos aparece a ‘pulsão’ [*Trieb*] como um conceito fronteiriço [...]”⁵², e prossegue na já referida definição. Assim, se é a observação para além do lado biológico e a partir da vida anímica que produz a necessidade do uso de *Trieb*, então há, sim, algo de diferente entre o homem e os demais animais que precisa ser levado em consideração; e essa distinção, ao que me parece, encontra-se justamente no nível da psique. Além disso, tenho minhas dúvidas sobre a pertinência da crítica de Souza ao uso de um neologismo em detrimento de um “velho conhecido”.⁵³ Até que ponto é preferível fazer uso de um “velho

⁴⁹ COSERIU, E. “O falso e o verdadeiro na teoria da tradução”. In: HEIDERMAN, Werner (org.). *Clássicos da teoria da tradução*. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 2010. v. 1.

⁵⁰ COSERIU apud SOUZA. *Op. cit.*, p. 265.

⁵¹ *Ibid.*, p. 259.

⁵² FREUD. *As pulsões e seus destinos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 23. Grifos meus.

⁵³ SOUZA. *Op. cit.*, p. 257.

conhecido” ao se tratar de novas concepções e teorias? Em especial no caso de *Trieb*, um termo cuja notável polissemia é constantemente evocada pelos diversos tradutores – será mesmo um prejuízo tão grande empregar um neologismo que não procura rebaixar a ideia de “instinto”, mas se aproximar do sentido que Freud procurou transmitir em seus escritos?

Posto isso, me aproximo do posicionamento de Pedro Heliodoro Tavares, segundo qual a tradução de Freud “não envolve tão somente o conhecimento das duas línguas e de uma boa técnica de tradução. Do texto de Freud, traduz-se também o substrato teórico que sustenta uma *prática clínica* amparada nas capacidades *representacionais* e *transformadoras* da palavra”.⁵⁴ Nesse sentido, o autor sustenta que, de fato, se consultarmos dicionários de alemão e nos fixarmos nos múltiplos sentidos de *Trieb*, chegaremos à mesma conclusão de Souza: o vocábulo engloba tanto o culturalmente adquirido quanto o inatamente instintivo, não fazendo sentido estabelecer uma cesura tão marcada como Laplanche e Pontalis o fizeram em seu *Vocabulário da Psicanálise*.⁵⁵ Contudo, Tavares também indica que, apesar dessas considerações, o uso que Freud faz do termo é mais específico: “Freud trata, com esse conceito limite ou fronteiro, justamente de um corpo transformado pelo psíquico, pela cultura, pelo simbólico”.⁵⁶ Longe de situá-lo exclusivamente no terreno do psíquico-cultural, o autor reconhece e procura marcar o *Trieb* como um conceito necessariamente apátrida⁵⁷ – e é por esse motivo que Tavares escolheu traduzi-lo não por “instinto”, que, como bem observou Kathrin Rosenfield⁵⁸, dispõe de um raio semântico menor e mais definido⁵⁹, mas por “pulsão”. Além disso, o autor indica que, ao contrário do que muitos pensam, o termo *pulsion* não foi propriamente cunhado por Jacques

⁵⁴ FREUD. *Op. cit.*, 2015, p. 74.

⁵⁵ “Em Freud encontramos os dois termos [*Trieb* e *Instinkt*] em acepções nitidamente distintas. Quando Freud fala de *Instinkt*, qualifica um comportamento animal fixado por hereditariedade, característico da espécie, pré-formado no seu desenvolvimento e adaptado ao seu objeto. Em francês, o termo *instinct* (assim como em português o termo instinto) tem as mesmas implicações que *Instinkt* tem em Freud e deve, portanto, na nossa opinião, ser reservado para traduzi-lo; se for utilizado para traduzir *Trieb*, falsei o uso da noção em Freud”. In: LAPLANCHE; PONTALIS. *Vocabulário da psicanálise*. Trad. Pedro Tamen. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 394.

⁵⁶ SOUZA. *As palavras de Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 82.

⁵⁷ TAVARES, P. “Sobre a tradução do vocábulo *Trieb*”. In: FREUD. *As pulsões e seus destinos*. p. 77.

⁵⁸ Kathrin Holtermayr Rosenfield é doutora em Ciência da Literatura (Universidade de Salzburg) e professora dos departamentos de Filosofia e de Letras da UFRGS.

⁵⁹ ROSENFIELD, K. “Traduzir Freud: impasses e perspectivas – A questão do *Trieb*”. In: TAVARES, P. H.; COSTA, W. C.; PAULA, M. B. *Tradução e Psicanálise*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

Lacan⁶⁰, mas popularizado por ele, uma vez que o vocábulo fora utilizado como tradução do *Trieb* alemão num dicionário francês de 1910 (Lacan nascera em 1901).⁶¹ Portanto, não se trataria de um “neologismo” inventivo da parte de Lacan, mas de uma alternativa adequada à maleabilidade que o *Trieb* alemão requer.

1.3. A cultura vai ao divã: *Considerações atuais sobre a guerra e a morte*

Os *Escritos sobre a guerra e a morte* compreendem três textos: os ensaios *Considerações atuais sobre a guerra e a morte* (1915) e *Caducidade* (1915?) (*A Transitoriedade* na tradução de Paulo César de Souza⁶²), e uma carta em resposta a Einstein sobre o porquê da guerra (1932). Aqui, tenho como foco as reflexões contidas no *Considerações* – neste texto, Freud expõe um duplo movimento desencadeado pela Grande Guerra: a desilusão causada pela Grande Guerra e a atitude moderna perante a morte. Procuro analisar de modo mais detido a primeira parte do texto, que trata justamente sobre a questão da desilusão, embora faça referências à seção que se refere à mudança de atitude.

Freud inicia sua exposição com a tentativa de explicar a “miséria anímica” (na tradução de Paulo César de Souza, “psíquica”) dos não combatentes, atribuindo-a em primeiro lugar ao referido desapontamento perante *aquela* guerra. Segundo o autor,

Estava-se, pois, preparado para que a humanidade se visse ainda, por muito tempo, enredada em guerras entre os povos primitivos e os civilizados, entre as raças humanas diferenciadas pela cor da pele e, inclusive, entre os povos menos evoluídos ou incultos da Europa. Mas das grandes nações da raça branca, dominadoras do mundo, às quais coube a direção da humanidade, que se sabia estarem ocupadas com os interesses mundiais, e cujas criações são os progressos técnicos no domínio da natureza e os valores culturais, artísticos e científicos; *destes povos esperava-se que saberiam resolver de outro modo as suas discórdias e os seus conflitos de interesse*.⁶³

⁶⁰ Jacques Lacan (1901-1981) foi um psicanalista francês.

⁶¹ TAVARES. “Sobre a tradução do vocábulo *Trieb*”. In: FREUD. *As pulsões e seus destinos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 84.

⁶² FREUD, S. *Introdução ao narcisismo: estudos de metapsicologia e outros textos* (1914-1916), Obras Completas. vol. 12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁶³ FREUD, S. *Escritos sobre a guerra e a morte*. Trad. Artur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009. (Textos Clássicos de Filosofia). Disponível em:

Dessa forma, percebe-se que, para Freud, a questão não consistia na existência da guerra como um fenômeno em si, mas no surgimento de uma guerra entre as nações “dominadoras do mundo”, detentoras por excelência dos valores culturais artísticos e científicos. O que havia de peculiar à Primeira Guerra Mundial era justamente o fato de ter eclodido entre “Estados civilizados”.

Gostaria de considerar que não ignoro os diversos problemas existentes na escolha de determinados termos pelo autor, como “povos primitivos”, “raça branca” e “civilizados”; entretanto, esse tipo de discussão precisará ser deixado de fora do presente trabalho tanto por fugir aos assuntos aqui abordados quanto pela escolha de considerar Freud um sujeito de seu tempo, submetido, portanto, à mentalidade da época (apesar de muitas de suas ideias terem sido verdadeiras vanguardas chocantes).

Assim, concentro-me agora no próprio argumento freudiano em sua busca por uma explicação para o surgimento de um conflito de tal magnitude entre os “grandes povos”.

Freud parece atribuir o choque com a Guerra, em particular, à existência de uma espécie de “acordo dos povos civilizados” ⁶⁴ estabelecido nos tempos pacíficos, segundo o qual era permitido aos homens circular tranquilamente entre esses países tidos como civilizados, reunindo os tesouros dos artistas da humanidade e elegendo para si os grandes pensadores das diversas nações – “nenhum destes grandes homens se lhe afigurou estranho por ter falado outra língua, [...] e jamais se censurou por ter renegado a sua própria pátria e sua amada língua materna” ⁶⁵. Destarte, esse acordo, com seus meios implícitos e explícitos, criara quase uma comunidade supranacional entre certos Estados europeus, cuja principal característica eram, notoriamente, as elevadas normas morais impostas aos indivíduos, a começar pela renúncia à violência como principal forma de resolução de conflitos.

Apesar disso, o autor reconhece que existiam vozes que alertavam para a inevitabilidade de uma guerra mesmo entre os membros dessa comunidade civilizada ⁶⁶. Entretanto, mesmo nesse caso, imaginava-se que esse conflito se

http://www.lusosofia.net/textos/freud_sigmund_da_guerra_e_da_morte.pdf. Acesso em: setembro de 2017. p. 5. Grifos meus.

⁶⁴ FREUD. *Op. cit.*, 2009, p. 6.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 7.

⁶⁶ *Idem.*

limitaria a um “rencontro cavalheiresco” que evitaria grandes danos e objetivaria o estabelecimento da superioridade de uma das partes, e que respeitaria, naturalmente, os médicos e feridos e a parcela não beligerante da população.

Contudo, a guerra que acabou por eclodir em nada se assemelhava a essas expectativas, e aqui só tenho como escolha passar novamente a palavra a Freud:

A guerra, em que não queríamos acreditar, estalou e trouxe consigo a decepção. Não só é mais sangrenta e mais mortífera do que todas as guerras passadas, por causa do aperfeiçoamento das armas de ataque e de defesa, mas, pelo menos, tão cruel, exasperada e brutal como qualquer uma delas. Infringe todas as restrições a que os povos se obrigaram em tempos de paz – o chamado Direito Internacional –, não reconhece nem os privilégios do ferido e do médico, nem a diferença entre o núcleo combatente e o pacífico da população, e viola o direito da propriedade. Derruba, com cega cólera, tudo o que lhe aparece pela frente, como se depois dela já não houvesse de existir nenhum futuro e nenhuma paz entre os homens. Desfaz todos os laços da solidariedade entre os povos combatentes e ameaça deixar atrás de si uma exasperação que, durante longo tempo, impossibilitará o reatamento de tais laços.⁶⁷

Embora sempre me pareça que comentar a passagem acima signifique cair em redundância, faz-se necessário ressaltar alguns pontos de um parágrafo que é central para o presente trabalho. Como colocado anteriormente, a decepção com a guerra não parece derivar exatamente de sua capacidade mortífera, mas exatamente da *brutalidade* daqueles que a colocaram em marcha. Ora, não se espera que toda guerra seja bruta? Cruel? De alguma maneira, a perspectiva de que “o cidadão do mundo civilizado”⁶⁸ poderia voltar-se contra outro membro dessa “pátria mundial”⁶⁹ com aspirações de crueldade parecia absurda justamente porque tal atitude não seria condizente com seu nível cultural e sua consciência moral.

Entretanto, nas páginas seguintes, Freud salienta que esses dois elementos seriam frutos não de uma suposta boa natureza humana, mas de “angústia social”; ou seja, da influência da educação e do meio cultural no sentido de refrear as más inclinações do homem. Dessa forma, o “mal” não chega nunca a ser extirpado – mesmo no homem mais educado, seu recuo é apenas temporário. Por isso é que o autor considera que, a rigor, a decepção com a guerra nada mais seria do que a

⁶⁷ *Ibid.*, p. 8.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 9.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 10.

destruição da ilusão da civilização tal como parecia concebida por grande parte dos europeus da época.⁷⁰

Nesse caminho, Freud chega finalmente ao que parece ser o núcleo “duro” do seu ensaio:

A investigação psicológica – em sentido mais estrito, a psicanalítica – mostra antes que a mais profunda essência do homem consiste em impulsos instintivos de natureza elementar, iguais em todos e tendentes à satisfação de certas necessidades primordiais. Estes impulsos instintivos não são em si nem bons nem maus. Classificamo-los, e classificamos as suas manifestações segundo a sua relação com as necessidades e as exigências da comunidade humana.⁷¹

Nos parágrafos seguintes, a expressão “impulsos instintivos” (“instituais”, na tradução de Souza⁷²) é substituída por um único termo: *pulsão*, no caso da tradução de Artur Morão, e *instinto* no caso da tradução de Paulo César de Souza. Uma vez que a questão do vocabulário freudiano foi discutida na seção anterior, me detenho aqui em duas observações a respeito de escolhas pessoais em relação a este trabalho. Em primeiro lugar, reforço a preferência pela ideia de *pulsão* – embora reconheça as críticas de Souza a Laplanche e Pontalis⁷³, considero, ao contrário daquele e em consonância com Tavares, que o sentido predominantemente atribuído a *instinto* apresenta mais perdas do que ganhos⁷⁴ em relação àquilo que Freud procurou expressar com *Trieb*. Além disso, tomo o vocábulo *Triebregungen*⁷⁵ como uma espécie de “indício” do percurso do raciocínio freudiano em direção a um conceito que pudesse satisfazer as complexas necessidades de uma teoria sobre a mente humana.

Isso posto, torna-se possível retornar à citação acima para esclarecimentos acerca de por que considerá-la essencial para a construção do argumentos do autor. Em primeiro lugar, por estabelecer que os referidos “impulsos instintivos” – a partir de agora chamados de “pulsões” – pertenceriam ao âmbito da essência humana, ou seja, seriam universais e atemporais; e por afirmar que apenas as

⁷⁰ *Idem.*

⁷¹ *Idem.*

⁷² FREUD, S. *Opus cit.*, p. 219.

⁷³ SOUZA. *As palavras de Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 257-261.

⁷⁴ “No limite, afinal, é difícil desvincular ‘instinto’ de certas ressonâncias *normativas* contidas no léxico naturalista que o engloba”. In: FREUD, S. *As pulsões e seus destinos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 9. Grifos do autor.

⁷⁵ FREUD, S. *ZeitgemäÙes über Krieg und Tod*. Zurique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1924. p. 10.

manifestações das pulsões poderiam ser classificadas como boas ou más, mas não as pulsões em si, uma vez que essa avaliação dependeria do juízo coletivo (e não das próprias pulsões).

Nos dois parágrafos seguintes, Freud desenvolve uma breve reflexão sobre os destinos das pulsões, possivelmente por já ter feito uma exposição mais detalhada em *As pulsões e seus destinos*, também publicado em 1915. Nesta obra, o autor procurou “preencher com conteúdos” ⁷⁶ o obscuro, porém fundamental, conceito de *pulsão*. Chegou mesmo a defini-lo:

[...] nos aparece a ‘pulsão’ **como um conceito fronteiro entre o anímico e o somático**, como representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo que alcançam a alma, como uma medida da exigência de trabalho imposta ao anímico em decorrência de sua relação com o corporal. ⁷⁷

Além disso, Freud estabeleceu suas principais características dos estímulos pulsionais, os diferenciou de outros estímulos para o psíquico, e apresentou termos correlacionados ao conceito de pulsão, a saber: pressão, meta, objeto e fonte da pulsão ⁷⁸. Discutirei este na conclusão e os demais neste capítulo.

Esses termos referem-se, todos, a elementos constitutivos das pulsões. Assim, a **pressão** representa o fator motor, a força impelente que corresponde à essência da pulsão. A **meta**, por sua vez, é sempre a satisfação da pulsão, o que significa a suspensão de estímulos junto à fonte pulsional ⁷⁹. Entretanto, Freud alerta que “mesmo que essa meta final permaneça inalterada para todas as pulsões, diferentes caminhos podem conduzir a essa mesma meta final” ⁸⁰ – nesse sentido, o **objeto** da pulsão é o que há de mais variável na mesma. Sendo ele o meio através do qual a pulsão pode alcançar sua meta, ou seja, aquilo que torna possível a satisfação, “pode ser substituído incontáveis vezes no decurso dos destinos vividos pela pulsão”. ⁸¹

Este ponto particular mostrar-se-á essencial na conclusão do presente trabalho. Entretanto, aproveito para retomar o texto de *Considerações atuais e adiantar* que esse processo de transformação das pulsões é fundamental para compreender a relação entre o meio social e os destinos pulsionais.

⁷⁶ FREUD, S. *As pulsões e seus destinos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 17.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 24-25. Grifos meus.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 25.

⁷⁹ *Idem.*

⁸⁰ *Idem.*

⁸¹ *Ibid.*, p. 27.

Destarte, segundo Freud, as pulsões seriam transformadas por dois fatores: um interior e outro exterior. Enquanto aquele corresponderia à influência do erotismo – que “ensinaria” a apreciar o sentir-se amado a tal ponto que seria vantajoso renunciar às pulsões egoístas⁸² –, este teria a ver com a coerção exigida pela civilização e exercida pela via da educação e da cultura.⁸³ Freud também afirmaria que, ao longo da vida individual, a coerção externa seria constantemente transformada em autocoação⁸⁴, e que esta, originalmente, derivaria da coerção externa. É célebre a frase do psicanalista: “A civilidade foi adquirida mediante a renúncia à satisfação pulsional”⁸⁵ – ou, de forma mais sonora, a civilização nasce da repressão.

Dessa forma, a crítica de Freud à decepção com a guerra torna-se cada vez mais clara. Se a civilização (europeia) baseou-se na repressão àquilo que consiste na mais profunda essência do homem, então a dimensão constrangedora, e, portanto, desprazerosa, desse processo não pode ser deixada de lado. Mais do que isso: mesmo que a educação ofereça “prêmios de amor” àqueles que cumprem suas exigências, a transgressão das mesmas implica em castigos que almejam coibir novas violações. Assim, muitos dos homens e mulheres membros da comunidade civilizada orientam-se não por verdadeiras transformações pulsionais, mas por prescrições culturais⁸⁶ que, sabemos, ignoram que se dirigem contra a própria natureza humana.

Devolvo, mais uma vez, a palavra diretamente ao autor:

A sociedade civilizada, que exige a acção boa e não se preocupa com o seu fundamento pulsional, ganhou, pois, para a obediência à civilização um grande número de homens, que nisso não seguem a sua natureza. Animada por este êxito, deixou-se induzir a intensificar em grau máximo as exigências morais, obrigando assim os seus participantes a distanciar-se mais ainda da sua disposição instintiva.⁸⁷

Uma vez que as exigências morais são intensificadas em grau máximo, isso demanda que os homens vivam, no sentido psicológico, muito acima de seus meios, o que faz com que se intensifique a pressão constante das pulsões inibidas para virem à tona nas ocasiões que se oferecem para satisfação. Nesse sentido, a

⁸² FREUD. *Escritos sobre a guerra e a morte*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009. p.12.

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ *Idem*.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 13.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 14.

desilusão com o comportamento dos homens europeus envolvidos na Grande Guerra mostra-se duplamente injustificada – “na realidade, tais homens não caíram tão baixo como temíamos, porque também não tinham subido tão alto, como a seu respeito julgávamos”.⁸⁸

Assim, poder-se-ia considerar a Primeira Guerra Mundial como um caminho pelo qual as pulsões de milhares de homens europeus irromperam violentamente, suspendendo, temporariamente, a transformação e a elevada repressão das pulsões. Entretanto, Freud aponta que, apesar de imperecível, o psíquico primitivo só retorna inteiramente em casos de enfermidades mentais ou no estado onírico, ambas situações nas quais a moralidade sofre algum tipo de prejuízo⁸⁹. Assim, para o psicanalista, a guerra não seria capaz de erradicar a disposição de todos para a cultura, mas, na realidade, de pôr em evidência a desproporção das exigências feitas ao homem civilizado – o que, pelo menos para Freud, serviria para tornar as relações entre os homens mais sinceras, e para facilitar o caminho em direção ao (r)enobrecimento das pulsões em tempos mais serenos.⁹⁰

⁸⁸ *Ibid.*, p. 15.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 16.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 16-17.

Capítulo 2. Bertrand Russell e a ideia de impulso

“We’ve all got both light and dark inside us. What matters is the part we choose to act on”

(J.K. Rowling, *Harry Potter and the Order of the Phoenix*)

2.1. Vislumbres biográficos

“Three passions, simple but overwhelmingly strong, have governed my life: the longing for love, the search for knowledge, and unbearable pity for the suffering of mankind”⁹¹ – tendo em vista que o próprio Bertrand Russell (1872-1970) fez destas três linhas a abertura de sua autobiografia, nada me parecia mais justo que procurar repetir aqui o gesto. Minha principal intenção, porém, não é render homenagens, mas mostrar o “outro lado” de um filósofo que se dedicou principalmente à matemática e à lógica, mas que também teve um intenso ativismo político e considerações apaixonadas a respeito da história, da filosofia, da política e do ser humano.

Os primeiros anos de vida de Russell foram duros e solitários. Tornou-se órfão quando tinha apenas seis anos, e sua criação ficou a cargo da avó paterna, uma mulher religiosa, austera, profundamente “vitoriana” e extremamente strict rigorosa em questões de moralidade. Por volta dos catorze anos, o jovem Russell começou a divergir das opiniões morais de sua família, e o puritanismo de sua avó parece-lhe bastante incômodo. Entretanto, a grande lição que ela lhe transmitira foi a de não se importar com a opinião da maioria e não temer pertencer a uma pequena minoria – ensinamento este que ele levaria pela vida toda.⁹²

Durante a infância e a maior parte da adolescência, Russell foi educado em casa por diversos tutores. Com eles, aprendeu grego, latim, literatura clássica inglesa e metafísica. Com a governanta de seus anos iniciais em Pembroke Lodge, adquiriu a fluência em alemão. Com seu irmão mais velho, começou a estudar matemática, que declarou ter sido seu principal interesse e sua principal fonte de

⁹¹ RUSSELL, B. *The Autobiography of Bertrand Russell: 1872-1914*. Boston: Little, Brown and Company, 1967. p. 3. Tradução: “Três paixões, simples mas esmagadoramente fortes, governaram a minha vida: o desejo de amor, a busca de conhecimento e a insuportável pena pelo sofrimento da humanidade” [tradução livre].

⁹² *Ibid.*, p. 18

felicidade dos onze aos trinta e oito anos⁹³. Pouco antes do seu aniversário de dezesseis anos, Russell foi enviado para um curso do Exército com o objetivo de se preparar para os exames de ingresso na Trinity College, Cambridge.⁹⁴ De fato, ele conseguiria uma bolsa e iniciaria os estudos na instituição em 1890.

Em Cambridge, Russell encontrou finalmente um espaço onde se sentia à vontade para compartilhar suas ideias, e sua rede de amigos e colaboradores não tardou a crescer. Nesse sentido, o papel desempenhado pelo grupo conhecido como “The Society” foi crucial:

This was a small discussion society, containing one or two people from each year on the average, which met every Saturday night. It has existed since 1820, and has had as members most of the people of any intellectual eminence who have been at Cambridge since then. [...] With rare exceptions, all the members at any one time were close personal friends. It was a principle in discussion that there were to be no taboos, no limitations, nothing considered shocking, no barriers to absolute freedom of speculation.⁹⁵

Russell foi convidado a fazer parte da Sociedade em 1892, e as reuniões proporcionaram considerável aproximação com figuras pelas quais ele já nutria admiração e afeto, como Crompton Davies, George Trevelyan⁹⁶, John Ellis McTaggart⁹⁷ e G. E. Moore⁹⁸. Inspirado por Moore, Russell abraçaria o realismo proposto pelo colega e abandonaria o idealismo de McTaggart nos anos finais da década de 1890.⁹⁹

Em julho de 1900, a ida a um Congresso Internacional de Filosofia em Paris se revelaria uma guinada na vida do filósofo da matemática: lá, conheceu Giuseppe Peano, matemático italiano considerado o fundador da lógica matemática. A empolgação de Russell não era exagerada – depois de escutar e ler

⁹³ *Ibid.*, p. 38.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 49

⁹⁵ *Ibid.*, p. 92. Tradução: “Esta era uma pequena sociedade de discussão, contendo em média uma ou duas pessoas de cada ano, que se encontravam todo sábado à noite. A sociedade existia desde 1820, e tivera como membros boa parte das pessoas com eminência intelectual que estiveram em Cambridge desde então. [...] Com raras exceções, todos os membros, em qualquer momento, eram amigos pessoais próximos. Era um princípio nas discussões que não havia tabus, nem limitações, nada considerado chocante, sem barreiras à liberdade absoluta de especulação” [tradução livre].

⁹⁶ George Macaulay Trevelyan (1876-1962) foi um acadêmico e historiador britânico. Chegou a *Regius Professor* em Cambridge entre 1927 e 1943.

⁹⁷ John McTaggart Ellis McTaggart (1866-1925) foi um metafísico idealista britânico. Foi considerado o principal expoente da filosofia de Friedrich Hegel na Inglaterra.

⁹⁸ George Edward Moore (1873-1958) foi um filósofo britânico. Foi grande crítico do idealismo e expoente do realismo.

⁹⁹ EAMES, E. R. *Bertrand Russell's Dialogue with His Contemporaries*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1989. p. 36-37.

Peano, sentiu ter encontrado, enfim, aquilo que buscara durante os anos de estudo da matemática. De volta à Inglaterra, começou a redação de *Princípios de Matemática*, publicado em 1903. Esse movimento, porém, seria o início de seu afastamento profissional de Moore, mais interessado em questões de ética do que de matemática.¹⁰⁰

Apesar dessa animação inicial, Russell enfrentou um período de profunda infelicidade e desaceleração intelectual entre os anos de 1905 e 1910, em parte devido a problemas em seu casamento com Alys Russell, em parte devido a contradições aparentemente insolúveis no trabalho que estava sendo elaborado com colaboração com Alfred Whitehead¹⁰¹, seu ex-professor. Em 1910, a angústia de Russell seria parcialmente dissipada com a publicação do primeiro volume do *Principia Mathematica*; todavia, ele consideraria que seu intelecto nunca se recuperou completamente do esforço feito para concluir a obra, e a isso atribuiria a mudança na natureza de seus trabalhos.¹⁰²

Na verdade, seu interesse por outros assuntos, em especial pela política, é anterior a este suposto desgaste mental.¹⁰³ Entretanto, somente após o término do *Principia Mathematica* é que Russell teve tempo de dedicar o pouco que fosse de seu pensamento a essa inclinação – além disso, também já era professor na Trinity College e eventualmente era convidado para dar breves cursos em outras faculdades, com destaque para Harvard¹⁰⁴. Pode-se considerar que influência exercida por Wittgenstein¹⁰⁵ também tenha impactado profundamente as concepções de Russell a respeito de seu próprio trabalho enquanto filósofo, em particular num momento em que parecia se interessar menos por matemática e mais pelo funcionamento da mente humana.

Pouco depois de seu retorno dos Estados Unidos, em 1914, a Grande Guerra estourou e absorveu as energias de Russell. O choque com a aquiescência da população civil somou-se com a perturbadora percepção de que muitos intelectuais, inclusive próximos de si, defendiam a guerra. Tal situação o levou a

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 39.

¹⁰¹ Alfred North Whitehead (1861-1947) foi um filósofo, lógico e matemático britânico.

¹⁰² RUSSELL, *op. cit.*, p. 230.

¹⁰³ Em 1907, Russell concorreu a uma cadeira no Parlamento em defesa do sufrágio feminino.

¹⁰⁴ RUSSELL, *op. cit.*, p. 324.

¹⁰⁵ Ludwig Wittgenstein (1889-1951) foi um filósofo de origem austríaca, conhecido principalmente por seus trabalhos sobre filosofia da linguagem. É considerado um dos grandes condutores da chamada “virada linguística”.

adotar duas posturas significativas: integrar organizações pacifistas, como a No-Conscription Fellowship¹⁰⁶, e repensar sua visão acerca da natureza humana.

No que se refere à última atitude, é possível supor que tenha tido considerável peso sobre a redação de *Princípios de Reconstrução Social* – ou *Por que os homens vão à guerra*, numa tradução do título dado nos Estados Unidos à obra sem o consentimento de Russell¹⁰⁷. O livro foi, na verdade, resultado de uma série de palestras preparadas ao longo de 1915 e apresentadas em Cambridge no ano de 1916. Segundo seu autor, este trabalho não teve nada a ver com qualquer uma de suas produções anteriores e foi escrito de forma espontânea – uma verdadeira “profissão de fé”¹⁰⁸ frente os horrores do retorno à barbárie¹⁰⁹ no seio da civilização europeia.

2.2. Pode um lógico fazer filosofia moral?

Paul Kuntz¹¹⁰ observa que a maioria dos trabalhos sobre a filosofia de Bertrand Russell considera que esta se encerra após suas contribuições para a lógica matemática, a teoria do conhecimento e a filosofia da ciência – entretanto, o que haveria a ser dito sobre suas (possíveis) contribuições para a ética? De acordo com ele, a notável preocupação de Russell com diversos aspectos da dimensão moral do homem, como normas, instituições, julgamentos e o próprio comportamento humano, não significa que o filósofo inglês não tenha se dedicado a refletir também sobre a ética, entendida por Kuntz como a teoria a respeito do que as pessoas devem ou não fazer, o que é o certo e o errado, o que é o bem e o mal¹¹¹. Para ele, o Russell-moralista possui estreitas ligações com o Russell-teorético.

¹⁰⁶ RUSSELL, B. *The Autobiography of Bertrand Russell: 1914-1944*. Boston: Little, Brown and Company, 1968. p. 17.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 10.

¹⁰⁸ “I had had no intention of writing such a book, and it was totally unlike something I had previously written, but it came out in a spontaneous manner. In fact I did not discover what it was all about until I had finished it. [...] I had written it with no expectation of its being read, merely as a profession of faith [...]”. In: *Ibid.*, p. 10. Tradução: “Eu não tive nenhuma intenção de escrever tal livro, e era totalmente diferente de algo que eu escrevera anteriormente, mas saiu de forma espontânea. Na verdade, não descobri do que se tratava até tê-lo terminado. [...] Eu o tinha escrito sem a expectativa de ser lido, apenas como uma profissão de fé” [tradução livre].

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 7.

¹¹⁰ KUNTZ, Paul. *Bertrand Russell*. Boston: Twayne, 1986. p. 94.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 95.

Sob a influência de G. E. Moore, na fase inicial do realismo na Inglaterra, Russell concordava que a ética deveria exercitar o cuidado da análise ao lidar com “fatos éticos”, devotando-se somente à descoberta da verdade. Em *The Elements of Ethics* (1910), chegou a relacionar lógica e ética da seguinte maneira: da mesma maneira que existiriam verdades auto-evidentes na lógica (por exemplo: A é igual a A, e não simultaneamente igual a A e $\neg A$), existiriam princípios que seriam imediatamente reconhecidos como verdadeiros na ética (por exemplo: a felicidade é mais desejável do que a infelicidade; conhecimento é mais desejável do que ignorância). Dessa forma, a ética não teria a ver apenas com a conduta humana, mas sim com a investigação sobre o que é bom – a rigor, uma noção simples e indefinível como “amarelo”.¹¹²

Entretanto, sua reaproximação com Moore não duraria muito tempo. As críticas de George Santayana¹¹³ sobre as noções expostas acima promoveram um giro na percepção de Russell em direção a uma perspectiva mais subjetivista da ética. Assim, Russell passaria a admitir que uma mesma coisa pode ser boa e ruim ao mesmo tempo, tendo em vista que, de acordo com essa teoria, essas categorias referiam-se a padrões determinados por uma sociedade específica e, assim, não seriam universais. O que Santayana fez, na realidade, foi empurrar Russell para longe da rigidez calvinista que ainda marcava seu temperamento, e aproximá-lo à “simpatia com o que há de animal” na vida humana.¹¹⁴

Todavia, o problema da oposição entre ética e lógica permanecia na mente de Russell. Para ele, quando uma sentença como “o ódio é ruim” é proclamada, seu emissor quer dizer, na realidade, que “gostaria que ninguém sentisse ódio” – assim, não se trata de uma afirmação de fato, mas da mera expressão de um desejo.¹¹⁵

Nesse sentido, o que ele entendia então como uma ética “científica”? A adoção de uma abordagem psicológica em relação ao ponto de vista daquele que profere um julgamento poderia revelar-se bastante útil para deslocar-nos da lógica de axiomas auto-evidentes. Assim, a ética poderia ser estudada pela via do empírico, e não do meramente teórico. Tratava-se, então, de descobrir como, na

¹¹² *Ibid.*, p. 99-100.

¹¹³ George Santayana (1863-1952), pseudônimo de Jorge Agustín Nicolás Ruiz de Santayana y Borrás, foi um filósofo, poeta, ensaísta e romancista.

¹¹⁴ KUNTZ. *Op. cit.*, p. 103-104.

¹¹⁵ KUNTZ. *Op. cit.*, p. 104.

prática, as noções éticas surgiam; e as influências da teoria evolutiva a respeito da origem das espécies pareciam aplicar-se razoavelmente a uma explicação sobre as origens dos valores humanos.¹¹⁶

Essa “ética evolutiva”, defendida por Russell em *Mysticism and Logic* (1910), baseava-se naquilo que seria necessário para a sobrevivência da espécie – a cooperação dos membros de uma tribo seria a base natural para o bem, e o mal seria tudo aquilo que ameaça a sobrevivência dessa tribo¹¹⁷. Tais ideias lembram vagamente a argumentação, bastante mais refinada, do autor em *Princípios de Reconstrução Social* (1916): os impulsos criativos, que trazem para o mundo coisas de valor a serem compartilhadas, constituem a base para uma vida melhor, enquanto os impulsos possessivos comprometem a coesão social e o princípio de crescimento.

Kuntz avança por trabalhos de Russell posteriores a 1916, sobre os quais não tecerei comentários por extrapolar o recorte deste trabalho. Entretanto, gostaria de chamar atenção para um ponto levantado pelo autor: se pararmos para observar, a ideia de que a guerra é algo ruim e a paz é algo bom constitui uma das crenças padrão para os filósofos – poder-se-ia citar Santo Agostinho (*A Cidade de Deus*), Thomas Hobbes (*O Leviatã*) e Immanuel Kant (*A Paz Perpétua*) como os exemplos de maior relevo¹¹⁸. Dessa forma, por que a manifestação de semelhante visão em Russell poderia ser classificada como mero posicionamento moral e resultar num certo desprezo, no campo da filosofia, por suas reflexões a respeito da guerra?

Outro autor que nos oferece um ponto de vista interessante a respeito dessa discussão é Charles R. Pigden.¹¹⁹ Pigden advoga que, ao contrário do que o próprio Russell declarava, seus escritos sobre temas da ética constituem, sim, trabalhos de filosofia.

Para comprovar seu ponto, Pigden inicia com uma distinção no campo da filosofia moral em três subdisciplinas: metaética, ética normativa e ética prática (ou ética aplicada). Cada uma delas se debruçaria sobre assuntos diferentes. A ética prática lidaria com problemas do “mundo real” a respeito do que é certo e

¹¹⁶ *Idem.*

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 104-105.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 124.

¹¹⁹ PIDGEN, Charles. “Moral Philosopher or Unphilosophical Moralist?”. In: GRIFFIN, Nicholas (ed.). *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

errado – por exemplo, guerra e paz; eutanásia e aborto; sexo; amor; casamento; justiça social... A ética normativa proporciona e critica as premissas para a ética prática, fornecendo “princípios gerais que ajudam a determinar as regras de conduta” ¹²⁰. Nesse sentido, a ética normativa se ocuparia com questões como o que é bom para os seres humanos e se uma coisa é boa ou ruim em si mesma. A metaética se dedicaria a investigar a natureza e a justificação para julgamentos morais, ou seja, o que esses julgamentos morais significam e o que os torna(ria) verdadeiros. ¹²¹

Dessa forma, a ética normativa e a metaética estariam reservadas à dimensão teórica dos estudos da filosofia moral. Entretanto, Pidgen aponta que essa distinção mais “rígida” desse ramo da filosofia é uma invenção relativamente recente, e que, apesar disso, pode ser aplicada a filósofos do passado. ¹²² Podemos considerar, também, que esses próprios filósofos do passado não pareciam muito preocupados em distinguir se o trabalho que estavam desenvolvendo era de metaética, ética prática, ética normativa ou uma combinação das três, o que dificultaria encaixá-los em uma dessas divisões.

Russell, por outro lado, possuía concepções muito mais austeras sobre a disciplina, apesar de ter produzido a maior parte de seus escritos sobre ética justamente num período em que a ética prática era considerada um ramo legítimo da filosofia. ¹²³ Para ele, a filosofia era um exercício de investigação voltado para a verdade, e a ética normativa, em sua visão, demandava necessariamente um julgamento, que não é “candidato à verdade”. ¹²⁴ Dessa forma, na perspectiva de

¹²⁰ RUSSELL apud PIDGEN. *Ibid.*, p. 477.

¹²¹ *Idem.*

¹²² *Idem.*

¹²³ “Until about 1920 and since about 1970, practical ethics was regarded as a legitimate branch of philosophy”. In: *Idem.* Tradução: “Até por volta de 1920 e desde em torno de 1970, a ética prática era considerada um ramo legítimo da filosofia” [tradução livre].

¹²⁴ “For Russell, philosophy was an inquiry, that is, an activity aimed at truth. But from 1913 onwards he ceased to believe that there were any ethical truths, or at least that there were any truths about what is good and bad in itself. His dominant view (though as we shall see, he shifted about a bit) was that moral judgments such as ‘X is good’, or ‘Y is bad’ are in the optative mood and merely express the desires or the feelings of the speaker. The point of such pronouncements is generally to influence others and, thus, to change the world. Thus, ‘X is good’ means something like ‘Would that everybody desired X!’ Obviously such an optative pronouncement is not a candidate for truth. Indeed, it is not the kind of thing that can be true or false. Hence, judgments about what is good or bad in itself, which (for Russell) constitute the core or normative ethics, fall outside the domain of philosophy”. In: *Ibid.*, p. 478. Tradução: “Para Russell, a filosofia era uma investigação, isto é, uma atividade que tivesse como objetivo chegar à verdade. Mas a partir de 1913, ele deixou de acreditar que houvesse qualquer verdade ética, ou pelo menos que houvesse verdades sobre o que é bom ou ruim em si mesmo. Sua visão dominante (embora, como veremos, ele tenha se desviado um pouco) era tal que julgamentos morais como ‘X é bom’, ou ‘Y é ruim’,

Russell, a ética normativa não estaria incluída entre os domínios da filosofia. E, se a ética normativa fornece as premissas para a ética prática, esta também estaria fora do que ele entendia por filosofia.¹²⁵

Todavia, Pigden aponta que, mesmo para Russell, um trabalho sobre ética prática, derivada da ética normativa, pode ser dividido em duas partes: uma que consiste na “pregação” do autor, e outra que possui um carácter mais factual ou “científico”, na qual o autor argumenta que suas políticas são calculadas para atingir os fins propostos¹²⁶. Donde Pigden aponta a seguinte saída astuta:

Let us grant that the pronouncements of the preacher do not constitute philosophy since they are neither true nor false. Still, the claim that this or that policy either will or will not achieve the preacher's ends is an obvious candidate for truth, and the same goes for the factual reasonings used to support such claims. And since the moralist's reasonings can be true, they are not automatically excluded from the sphere of philosophy by the proviso that philosophy is an inquiry aimed at truth.¹²⁷

Dessa forma, mesmo que *Principles of Social Reconstruction* tenha sido escrito com uma finalidade principalmente *prática*¹²⁸, isso não o desqualifica como trabalho filosófico. Pigden aponta que Russell não foi o único filósofo a escrever livros com esse objetivo, e cita o *Segundo Tratado sobre o Governo*, de John Locke, e o *Ensaio sobre a Liberdade*, de John Stuart Mill, como exemplos¹²⁹. Afinal,

são enunciados optativos e expressam meramente os desejos ou sentimentos do falante. O objetivo de tais pronunciamentos é, geralmente, influenciar os outros e, portanto, mudar o mundo. Assim, ‘X é bom’ significa algo semelhante a ‘Gostaria que todos desejassem X!’. Obviamente, tal pronunciamento optativo não é candidato à verdade. Na verdade, não é o tipo de coisa que pode ser verdadeira ou falsa. Dessa forma, julgamentos sobre o que é bom ou ruim em si mesmo, que (para Russell) constituem o núcleo da ética normativa, estão fora do domínio da filosofia” [tradução livre].

¹²⁵ *Idem.*

¹²⁶ *Ibid.*, p. 480.

¹²⁷ *Idem.* Tradução: “Permita-nos reconhecer que os pronunciamentos do pregador não constituem a filosofia, uma vez que não são nem verdadeiros nem falsos. Ainda assim, a alegação de que essa ou aquela política atingirá ou não os objetivos do pregador é um candidato óbvio para a verdade, e o mesmo vale para os argumentos factuais usados para sustentar tais alegações. E uma vez que os raciocínios do moralista podem ser verdadeiros, eles não são automaticamente excluídos da esfera da filosofia pela condição de que a filosofia é uma investigação voltada para a verdade” [tradução livre].

¹²⁸ “I did not write it in my capacity as a ‘philosopher’; I wrote it as a human being who suffered from the state of the world, wished to find some way of improving it, and was anxious to speak in plain terms to others who had similar feelings”. In: RUSSELL apud PIDGEN. *Ibid.*, p. 481. Tradução: “Eu não o escrevi na minha capacidade de ‘filósofo’. Escrevi-o como um ser humano que sofria com o estado do mundo, que desejava encontrar alguma forma de melhorá-lo, e que estava ansioso para falar em termos claros para outros que tivessem sentimentos semelhantes” [tradução livre].

¹²⁹ Cf. p. 482.

Both Locke and Mill wrote as ‘human beings who suffered from the state of the world’ [...]; they too ‘wished to find some way of improving it’, and they too were ‘anxious to speak in plain terms to others who had similar feelings’. But this did not entail that what they wrote was not philosophy.¹³⁰

2.3. O desvio da lógica: ***Por que os homens vão à guerra (Princípios de Reconstrução Social)***

Como mencionado anteriormente, as ideias contidas neste livro começaram a tomar forma em uma série de conferências sobre Princípios de Reconstrução Social [*Principles of Social Reconstruction*] escritas em 1915, proferidas em Londres no ano de 1916, e publicadas como um livro no final do mesmo ano, sob o mesmo título. Nos Estados Unidos, o livro foi publicado pela primeira vez no ano seguinte, com o título *Why Men Fight* (“Por que os homens fazem a guerra”)

Segundo o próprio autor, sua proposta era fazer um reexame dos fundamentos teóricos da política, analisando as raízes do comportamento social, intelectual e emocional, num esforço de modificar o racionalismo da tradição liberal em favor de uma teoria psicológica do impulso¹³¹. De acordo com Russell:

Meu intuito é propor uma filosofia da política baseada na crença de que **o impulso tem mais efeito do que o propósito consciente na modelagem da vida dos homens**. Os impulsos, em sua maioria, podem ser divididos em dois grupos, os possessivos e os criativos, conforme tenham o objetivo de adquirir ou de manter algo que não pode ser compartilhado, ou de trazer para o mundo alguma coisa de valor, como conhecimento, arte ou boa vontade, nos quais não há propriedade privada. Considero melhor a vida que se constrói principalmente sobre impulsos criativos e pior a inspirada sobretudo no amor pela posse. As instituições políticas têm uma influência muito grande sobre as disposições dos homens e das mulheres e deveriam promover a criatividade em detrimento da possessividade. O Estado, a guerra e a propriedade são as principais corporificações políticas dos impulsos possessivos; a educação, o casamento e a religião devem corporificar os impulsos criativos, embora o façam de forma extremamente inadequada nos dias de hoje. A libertação da criatividade deve ser o princípio da reforma, tanto na política quanto na economia. É essa convicção que me levou a escrever estas conferências.¹³²

¹³⁰ *Ibid*, p. 484. Tradução: “Tanto Locke como Mill escreveram como “seres humanos que sofriam com o estado do mundo” [...]; eles também “desejavam encontrar alguma maneira de melhorá-lo”, e eles também estavam “ansiosos para falar em termos claros a outros que tinham sentimentos semelhantes”. Mas isso não implica que o que eles escreviam não fosse filosofia” [tradução livre].

¹³¹ RUSSELL, B. *Por que os homens vão à guerra*. São Paulo: Editora UNESO, 2014. p. X.

¹³² *Ibid.*, p. 1-2. Grifos meus.

Os diversos conteúdos contidos neste trecho, extraído do prefácio de Russell ao livro, são por ele desenvolvidas ao longo de oito capítulos – em cada um deles, o autor trata de uma das temáticas acima expostas, e o último é dedicado à reforma ansiada por Russell (“O que podemos fazer”). Apesar da ideia de impulso estar presente em todas essas discussões, dedico-me a mobilizar os argumentos do autor antes para corroborar meu ponto sobre o vocabulário comum, do que voltada para esclarecer cada um dos conteúdos de seus argumentos. Nesse sentido, debruçar-me-ei com maior atenção sobre dois dos capítulos do livro: “O princípio do crescimento” e “A guerra como instituição”.

No primeiro deles, Russell inicia sua exposição com a ideia de que o ensinamento mais importante que a guerra lhe trouxe foi “certa visão sobre os motivos da ação humana, o que são e o que podemos, legitimamente, ter esperança de que venham a ser”¹³³ – seu distanciamento, enquanto pacifista engajado politicamente, parece conferir-lhe a condição de observador privilegiado para essas reflexões, tendo em vista que não fazia parte do “ciclo de crenças e paixões que fazem a guerra parecer necessária”.¹³⁴ Dessa forma, o autor se contrapõe às duas maneiras comuns de ver a guerra em sua época: para os ingleses e franceses, a guerra se devia à perversidade dos alemães; para os pacifistas, devia-se às ambições do governo e aos emaranhados diplomáticos. Para Russell, ambas as visões fracassariam em perceber que a guerra nasce, em grande medida, da própria natureza humana¹³⁵, dominada mais por impulsos do que por propósitos conscientes.

Segundo o autor, a filosofia política se baseara inteiramente, até aquele momento, no papel do desejo como fonte das ações humanas; entretanto, “o desejo governa apenas uma parte da atividade humana – e não se trata nem sequer da parte mais importante, mas tão somente da mais **consciente**, explícita e **civilizada**”¹³⁶. Assim, a parte mais instintiva (e basilar) de nossa natureza seria deixada de lado, o que levaria a terríveis consequências no longo prazo. Para Russell, a submissão do impulso ao controle total da vontade, seja em forma de propósitos ou de desejos, poderia levar a dois caminhos: ou à exaustão da

¹³³ *Ibid.*, p. 3

¹³⁴ *Ibid.*, p. 4.

¹³⁵ *Idem.*

¹³⁶ *Ibid.*, p. 6. Grifos meus.

vitalidade, das “fontes da vida”, ou à produção de novos impulsos, piores em seus efeitos do que aqueles que foram reprimidos.¹³⁷

Assim, não se trata de almejar o enfraquecimento dos impulsos, mas sua transformação, seu direcionamento para a vida e para o crescimento. O autor afirma que:

Os impulsos de um homem não são fixados desde o início por suas disposições inatas: dentro de certos limites bem amplos, são profundamente modificados pelas circunstâncias e pelo modo de vida. A natureza dessas modificações deveria ser estudada, e os resultados de tais estudos deveriam ser levados em conta na hora de se julgar o bem ou o mal causado pelas instituições políticas e sociais.¹³⁸

São justamente essas instituições políticas e sociais que Russell examinará nos capítulos seguintes, e que, segundo ele, devem estimular o crescimento de homens e mulheres. O autor não deixa claro ao que se refere exatamente com a ideia de “princípio de crescimento” a que se dedica no primeiro capítulo, mas a caracteriza como “uma urgência instintiva que os leva [homens e mulheres] em certa direção, assim como as árvores procuram a luz”¹³⁹, e parece relacioná-la com as necessidades vitais dos seres humanos, que, para ele, ultrapassam em muito a esfera econômica¹⁴⁰. É nesse sentido que, para o autor, o pensamento político de sua época falhava em explicar um evento como a guerra que eclodira há pouco mais um ano: porque baseado numa teoria das necessidades humanas que era funcional e simples demais, deixava de olhar para aquilo que era satisfeito sem esforço consciente.¹⁴¹

Para além de bens materiais, os homens precisam, segundo Russell, de mais liberdade, mais autonomia, mais canais para a criatividade, mais oportunidades para sentir a alegria de viver e mais cooperação voluntária – e tudo isso deveria ser facilitado pelas instituições do futuro¹⁴², a começar pelo Estado, esta grande instituição, ela mesma formada por um conjunto de instituições, que governa grande parte de nossas vidas.

No segundo capítulo, Russell se dedicou a demonstrar como os poderes do Estado seriam excessivos, como poderiam ser diminuídos e, em certas situações,

¹³⁷ *Ibid.*, p. 10-11.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 11.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 15.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 30.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 30.

¹⁴² *Ibid.*, p. 31.

como suas funções deveriam, pelo contrário, serem estendidas.¹⁴³ Apesar de suas considerações serem todas verdadeiramente interessantes (ainda que discutíveis em diversas ocasiões), em nenhuma delas o autor toca na questão dos impulsos, pelo menos na formulação de uma pretensa teoria psicológica destes. Nesse sentido, escolho renunciar a uma análise aprofundada deste capítulo e me deter no seguinte, no qual Russel trata da questão da guerra.

Nesta seção do livro, Russell reitera sua ideia de que a guerra é movida antes por um impulso do que pelo cálculo das vantagens que adviriam desse conflito de forças¹⁴⁴, e, conjugado a isto, apresenta a noção de “febre de guerra”, fenômeno que coopera para conduzir as pessoas de países civilizados à guerra¹⁴⁵. Segundo o filósofo:

As velhas paixões primitivas, renegadas pela civilização, ressurgem mais fortes, por causa da repressão. Num átimo, a imaginação e o instinto viajam de volta através dos séculos, e o homem selvagem das florestas emerge da prisão mental a que fora confinado. Essa é a parte mais profunda da psicologia da febre de guerra.¹⁴⁶

Apesar do forte caráter irracional e instintivo da febre de guerra, o autor reconhece que há “certa quantidade de cálculo quase racional” a partir do qual uma nação avalia se entra ou não em guerra – segundo ele, é muito raro a febre de guerra dominar uma nação se esta não acreditar que será vitoriosa¹⁴⁷. Dessa forma, poder-se-ia, talvez, compreender a “febre de guerra” como uma espécie de dispositivo que é acionado no subconsciente desses homens e mulheres civilizados a partir do momento em que sua nação se engaja numa empreitada belicosa contra uma outra nação.

Ainda de acordo com Russell, a questão da prevenção da “febre de guerra” não dependia da erradicação dos impulsos que, naquele momento, levavam as nações à guerra – esses mesmos impulsos seriam essenciais para uma vida vigorosa e ativa. Dessa maneira, não era a natureza humana que precisava de mudanças profundas, mas sim a influência das instituições e hábitos sobre a mesma. Assim, mais uma vez, o autor insiste na necessidade de mudanças na

¹⁴³ *Ibid.*, p. 33.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 62.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 63.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 72.

¹⁴⁷ *Idem.*

educação, na estrutura econômica da sociedade e no código moral pelo qual esta controlava as vidas dos indivíduos.¹⁴⁸

Destarte, Russell expõe uma série de críticas a temas como a propriedade privada (capítulo 4); a educação inglesa do período (capítulo 5); a moralidade envolvida no casamento (capítulo 5); a religião e as Igrejas (capítulo 6). Neste último, curiosamente ou não, encontram-se diversas discussões afins à teoria dos impulsos, em especial nas relações estabelecidas entre instinto, mente e espírito.

Para Russell, as atividades dos homens podem derivar de três fontes que não chegariam a ser nitidamente separadas, mas distinguíveis o suficiente para merecerem diferentes nomes – são elas o instinto, a mente e o espírito¹⁴⁹. Grosso modo, a vida do instinto incluiria aquilo que o homem compartilha com os animais, desde a autopreservação e reprodução até os desejos e impulsos derivados. A vida da mente se referiria à busca do conhecimento, e consistiria no pensamento, “que é total ou parcialmente impessoal” por não se ocupar apenas com aquilo que tem influência sobre a vida instintiva. A vida do espírito, por sua vez, giraria em torno do sentimento impessoal e geraria a religião.¹⁵⁰

Nesse sentido, o autor aponta que os três elementos são essenciais para uma vida completa, e que deveriam ser desenvolvidos em um todo único e harmonioso – entretanto, afirma também que, entre os homens e mulheres civilizados de seu tempo, era raro encontrar esse tipo de harmonia: a mente se desenvolvia, então, às expensas do instinto e do espírito, e cada uma dessas fontes estava em guerra entre si, gerando falta de vitalidade e de humanidade.¹⁵¹ Isso explicaria, talvez, o bom resultado dos ventos patrióticos que reanimaram, ainda que de forma destrutiva, a vida instintiva das pessoas naquele período.

No capítulo final, Russell retoma suas exposições anteriores e identifica que o problema consiste na direção que se imprimia ao mundo à época – assim, para que a promoção da vida se convertesse na nova “filosofia de vida” (as palavras são de Russell), o autor propunha dois princípios gerais: I- Deve-se promover, o máximo possível, o crescimento e a vitalidade de indivíduos e comunidades; II- O crescimento de um indivíduo ou de uma comunidade deve se dar com o menor

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 74.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 170.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 170-171.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 172.

prejuízo possível aos outros.¹⁵² Era preciso, dessa forma, buscar uma teoria política que assegurasse o que há de criativo nos impulsos vitais e, ao mesmo tempo, desviasse para outros canais a parcela que, girando em torno da posse, se revelava então destrutiva¹⁵³.

¹⁵² *Ibid.*, p. 187-188.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 187-194.

Conclusão

O século XIX foi o século psicológico por excelência. Foi uma época em que as autobiografias confessionais, os auto-retratos informais, os romances baseados no próprio autor, os diários íntimos e memórias confidenciais converteram-se de filete em torrente, intensificado-se grandemente sua manifestação de subjetividade e sua interioridade deliberada. O que Rousseau, em suas *Confissões* dolorosamente francas, e o jovem Goethe, em seus autodilaceradores e autolibertadores *Sofrimentos do Jovem Werther*, haviam semeado no século XVIII, as décadas de Byron e Stendhal, de Nietzsche e William James colheram no século XIX. Thomas Carlyle falou com perspicácia sobre “esses nossos Tempos Autobiográficos”. Mas essa preocupação moderna com o eu não foi absolutamente um puro ganho. “A chave do período”, disse Ralph Waldo Emerson no final da vida, “parecia ser que a mente havia tomado consciência de si mesma”. Com a “nova consciência”, pensava ele, “os jovens nasciam com bisturis no cérebro, uma tendência à introversão, à autodissecação, à anatomização e motivos”. Foi uma época de Hamlets.¹⁵⁴

Apesar de pouco usual, pareceria interessante realizar uma espécie de retorno às origens da presente monografia, em particular à breve contextualização feita na introdução. Se antes o que se pretendia era indicar aquilo que, no plano factual, provocou os autores a redigirem seus textos, agora a intenção é entender como foi possível que Freud e Russell produzissem este tipo específico de texto, usando termos tão semelhantes e seguindo linhas de raciocínio de um paralelismo impressionante sem que haja qualquer indício de contato com o trabalho um do outro antes do fim da Guerra.

Dessa forma, procura-se conjugar o trecho acima indicado, redigido por Peter Gay, e alguns dos argumentos de William Everdell em *Os primeiros modernos*.¹⁵⁵ Nesse sentido, a questão da subjetividade e da autoconsciência parecem ser duas das chaves para se pensar pelo menos os cinquenta anos anteriores à guerra. Se, para Gay, o próprio século XIX, como um todo, foi o século psicológico por excelência, para Everdell, o que se entende como “modernismo” teria adquirido força a partir de 1870 e permaneceria, de diversas maneiras, até hoje.¹⁵⁶ Apesar das diversas diferenças entre seus trabalhos, tanto

¹⁵⁴ GAY, P. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 132.

¹⁵⁵ EVERDELL, William R. *Os primeiros modernos: as origens do pensamento do século XX*. Trad. Cynthia Cortes e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

¹⁵⁶ “Também veremos como, ao mesmo tempo, a crença na objetividade se esfacela de forma que a fenomenologia e o solipsismo começam a dominar não só a filosofia, mas a literatura, a política, a

Gay quanto Everdell parecem conceder a mesma importância a esses elementos nos debates da época e na formação de uma espécie de “clima” intelectual europeu. Entretanto, não se pretende com isso dizer que a ideia de um “espírito do tempo” seja a explicação para o problema aqui colocado – Everdell também parece recusar esse dispositivo ao apontar, já na segunda página da introdução, para o intenso trânsito entre as grandes cidades europeias e a comunicação extremamente rápida, o que permitia que os diversos intelectuais estabelecessem redes de comunicação internacional com razoável facilidade.¹⁵⁷

Dessa forma, se Freud e Russell (ambos incluídos entre os primeiros modernos de Everdell) colaboraram para a construção daquele momento intelectual, foi somente porque também foram profundamente afetados por ele – é preciso fazer parte da rede para que se seja um nó de grande relevo. Mesmo que não tenha sido possível recuperar todos os pontos que se ligavam aos autores, as linhas conhecidas pareceram suficientes para apostas calculadas e considerações ponderadas a respeito de suas intenções.

Para tal, realizar-se-á uma breve retomada dos principais argumentos de cada um dos autores, com o devido cuidado de se evitar a repetição de citações longas já colocadas nos capítulos 1 e 2, seguida da comparação entre ambos.

Assim, em *Considerações atuais sobre a guerra e a morte*, Sigmund Freud se dedicou a explicitar e analisar um duplo movimento desencadeado pela Primeira Guerra Mundial: a desilusão causada pela guerra e a mudança de atitude perante a morte. Como já foi colocado, a presente pesquisa teve como foco a primeira seção do ensaio, que trata da desilusão.

No que se refere a esta, Freud afirma que o confronto no qual os europeus não queriam acreditar não só se revelou tão cruel, amargurado e impiedoso quanto aqueles que o precederam, mas, ao mesmo tempo, transgrediu os limites do Direito Internacional: não reconheceu as prerrogativas dos feridos e dos médicos, ou a distinção entre a parte pacífica e a parte lutadora da população; destruindo,

psicologia e, por último, até mesmo a física. Finalmente veremos, assim espero, como olhar para si mesmo não só causa a sensação de consciência, mas corta as raízes da lógica formal e acaba por tornar impossível o conhecimento das coisas mais simples que o século XIX dava como certas. Cada uma dessas – a estatística, a perspectiva múltipla, a subjetividade e a auto-referência – sozinhas e em conjunto podem ser vistas como repassadas do colapso da continuidade ontológica. Separadamente, elas conduzem ao universo mental não-lógico, não-objetivo e essencialmente sem causa no qual (à exceção de alguns historiadores) todos nós vivemos agora”. In: *Ibid.*, p. 23-24.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 14.

assim, os laços comunitários entre os povos que combatiam uns aos outros¹⁵⁸. Entretanto, o autor não se furta de fazer observações críticas em relação a essa decepção – a rigor, ela consistiria na destruição de uma ilusão, a ilusão da própria civilização. De acordo com ele, a mais profunda essência do homem consiste em impulsos instintivos de natureza elementar que não poderiam ser classificados como bons ou maus em si, mas apenas tendo como referencial as necessidades e exigências da comunidade humana.¹⁵⁹

Como apresentado no capítulo 1, a nomenclatura “impulsos instintivos” (*Triebregungen*) foi tomada como uma espécie de “degrau” no caminho percorrido por Freud na tentativa de definição epistemológica de sua teoria das pulsões, iniciada de forma mais sistemática em *As pulsões e seus destinos*, ensaio considerado como algo muito próximo de um prólogo para sua *Metapsicologia*¹⁶⁰. Dessa maneira, o termo **pulsão** foi escolhido para as discussões sobre o texto freudiano, e as discussões e divisões derivadas da tradução de *Trieb* podem ser consultadas na segunda seção do primeiro capítulo do presente trabalho.

Assim, depois desta pequena digressão, o que se poderia depreender das afirmações de Freud é que as pulsões, além de consistirem no nível mais profundo da psique do homem, não são nem boas nem más, mas *classificadas* como tais segundo as exigências da comunidade humana – e que exigências seriam essas? Norbert Elias nos fornece valiosos exemplos a esse respeito nos dois volumes de *O Processo Civilizador*, onde analisa a civilização como transformação do comportamento humano: mudanças de atitude à mesa; em relação às funções corporais; nas relações entre os sexos; na agressividade.¹⁶¹ Além disso, o autor considera que as alterações na constituição da sociedade implicam mudanças também na constituição psíquica do homem.¹⁶² Aqui, Elias e Freud convergem diretamente, discutindo sobre os dois fatores que modelam o comportamento humano em direção à transformação das pulsões “más”: a coerção externa e a autocoação. Segundo Freud:

¹⁵⁸ FREUD, S. *Escritos sobre a guerra e a morte*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009. p. 8.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 10.

¹⁶⁰ IANNINI, Gilson. “Epistemologia da pulsão: fantasia, mito, ciência”. In: FREUD, S. *As pulsões e seus destinos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 99.

¹⁶¹ Cf. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume I: Uma História dos Costumes*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

¹⁶² *Idem*.

O fator interior consiste no influxo exercido sobre as pulsões más – dizemos, egoístas – pelo erotismo, pela necessidade humana de amor na sua acepção mais ampla. As pulsões egoístas transformam-se, graças à união das componentes eróticas, em pulsões sociais. Aprende-se a apreciar o ser-se amado como uma vantagem, pela qual se pode renunciar a outras. O fator exterior é a coerção da educação, que representa as exigências da civilização circundante, e é em seguida continuada pela ação direta do meio cultural. **A civilidade foi adquirida mediante a renúncia à satisfação pulsional e exige de todo o novo indivíduo a repetição de semelhante renúncia. Durante a vida individual tem lugar uma constante transformação da coação externa em coação interior.** As influências culturais levam a que as aspirações egoístas se transformem sempre mais, graças às alianças eróticas, em tendências altruístas sociais. **Pode, por fim, admitir-se que toda a coerção interna que se faz sentir na evolução do homem foi originariamente, isto é, na história da humanidade, apenas coerção externa.**¹⁶³

Apesar de longa, a citação acima é fundamental para compreender que a coerção externa não apenas procura transformar a vida pulsional no sentido do “bem”, como também é internalizada pelo próprio indivíduo, que passa a renunciar a determinados tipos de comportamento (agressivos, por exemplo) e a adotar certos outros (como a cortesia) porque “algo lhe diz” que esse é modo correto de se agir. Contudo, mais à frente, Freud alerta que a sociedade civilizada, que tanto exige do homem, não se preocupa com o seu fundamento pulsional, e, animada pelo êxito em “ganhar” um grande número de pessoas para a obediência à civilização, elevou em grau máximo as exigências morais, obrigando-as a viverem, psicologicamente falando, muito acima dos seus meios. Daí advém a explicação para que a decepção com a conduta incivilizada durante a guerra seja injustificada: “Na realidade, tais homens não caíram tão baixo como temíamos, porque também não tinham subido tão alto, como a seu respeito julgávamos”¹⁶⁴. O estado psíquico anterior, que nunca é verdadeiramente ultrapassado, foi novamente trazido à tona pela guerra, que despiu as camadas de cultura acrescentadas ao longo da história, e fez de novo aparecer o “homem primitivo”, governado em primeiro lugar por suas pulsões.

Algumas considerações sintéticas a respeito da teoria freudiana das pulsões fazem-se, então, necessárias. Quando proveitoso para uma melhor compreensão, recorrer-se-á ao já mencionado *As pulsões e seus destinos*, publicado no mesmo ano de *Considerações atuais*.

¹⁶³ FREUD. *Escritos sobre a guerra e a morte*. Covilhã: Universidade da Beira Norte, 2009. p. 12. Grifos meus.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 15.

Para Freud, o conceito de pulsão é fundamental na psicologia, e se caracteriza, essencialmente, como “um conceito fronteiro entre o anímico e o somático, como representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo que alcançam a alma”.¹⁶⁵ Apesar de suas metas se manifestarem na vida anímica, suas fontes são desconhecidas para a psicologia, uma vez que já não pertencem ao seu universo de investigação. Inicialmente, o autor diferencia as pulsões primordiais em dois grupos: as pulsões do Eu (ou de autopreservação) e as pulsões sexuais, embora depois substitua esse dualismo de pulsão de vida/pulsão de morte.¹⁶⁶ Por fim, as pulsões são latentes, não podendo ser erradicadas ou extirpadas, e possuem diversos destinos, não estando restritas a um único “caminho” para virem à tona – e é justamente isso que faz com que, em si, elas não sejam nem boas, nem más; uma vez que seus “resultados” podem ser os mais diversos possíveis, não há qualquer garantia de equivalência entre pulsão de morte e algo ruim, por exemplo (de fato, a pulsão de morte pode produzir incríveis obras de arte).

Por sua vez, Bertrand Russell também se dedicou, mesmo que de maneira muito mais breve do que Freud, a entender como o homem não é governado, sequer constituído, somente pela razão, mas também por forças internas derivadas de uma estrutura mental não apreensível pela consciência – no caso do filósofo britânico, o conceito de *impulso* é o que cabe observar.

Como exposto no capítulo 2, o principal objetivo de Russell com *Princípios de Reconstrução Social* (ou *Por que os homens vão à guerra*) seria o de modificar o racionalismo da tradição liberal em favor de uma teoria psicológica do impulso, segundo a qual o impulso teria mais efeito do que o propósito consciente na modelagem da vida dos homens.¹⁶⁷ Dessa maneira, Russell começa por contrapor desejo e impulso, e atribui ao desejo o governo da parte mais consciente e civilizada do homem, estabelecendo, assim, uma relação entre civilidade e consciência, e conferindo ao impulso o lugar da inconsciência.

Nesse sentido, para o autor, a Primeira Guerra Mundial não se devia a motivos econômicos ou a emaranhados diplomáticos, mas à própria natureza humana, dominada, na sua parte mais instintiva, por impulsos a certos tipos de

¹⁶⁵ FREUD, S. *As pulsões e seus destinos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 25.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 103.

¹⁶⁷ RUSSELL, B. *Por que os homens vão à guerra*. São Paulo: UNESP, 2014. p. 1.

atividade.¹⁶⁸ O problema das instituições de sua época era justamente o desprezo por essa dimensão impulsional, fazendo com que os impulsos possessivos desempenhassem o maior papel na vida dos homens e mulheres da época, o que prejudicava profundamente o crescimento dessas pessoas.

Assim, em cada um dos capítulos do livro, Russell se dedicou a criticar as principais instituições do período: o Estado; a guerra (como instituição); a propriedade; a educação; o casamento; a religião e as Igrejas. Em cada um, a crítica se repete: os impulsos criativos seriam cada vez mais sufocados, e as instituições que deveriam corporificá-los, como a educação, o casamento e a religião, se encontrariam deturpadas pelos impulsos possessivos. No caso da religião, o exame de Russell parece ainda mais apurado, uma vez que o autor distingue três fontes para a atividade dos homens: o instinto, a mente e o espírito. Segundo ele, o problema da sociedade civilizada europeia é que a vida da mente se fortalecera às expensas da vida do instinto e da vida do espírito.

O “desaparecimento” do impulso não deixa de ser notado – em diversas passagens, o autor não deixa muito claro até que ponto impulso e instinto se distinguem, ou até que ponto um influenciaria o outro. Numa passagem, Russell comenta o impulso que as crianças sentiriam por correr, e os lobos por uivar. Ora, a razão pela qual os lobos uivam pertence à ordem do instinto, enquanto a ideia de impulsos possessivos, supostamente consubstanciados no Estado, na guerra e na propriedade, e de impulsos criativos, presumivelmente corporificados na educação, no casamento e na religião, não parece invadir o reino animal como um todo. Assim, se para Russell os conceitos de “impulso” e “instinto” não parecem se confundir, eles estão, pelo menos, ligados muito estreitamente.¹⁶⁹

Por outro lado, ao falar sobre a repressão de um impulso, Russell afirma que uma vida governada por propósitos e desejos, que procura submeter o impulso ao controle total da vontade, é “fatigante”. Segundo ele, quando uma nação inteira vive dessa forma, as consequências em longo prazo seriam a produção de novos impulsos, piores em seus efeitos do que aqueles que já foram reprimidos – a disciplina excessiva, portanto, resultaria em impulsos de crueldade e destruição, o

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 6.

¹⁶⁹ “Os atos instintivos normalmente chegam a resultados agradáveis ao homem comum, mas não são executados a partir do desejo por esses resultados. São executados, sim, a partir do impulso direto, e o impulso quase sempre é intenso, mesmo nos casos em que não se chega ao resultado desejado”. In: *Ibid.*, p. 7.

que certamente nos recorda daquilo que Freud pondera a respeito das imposições da civilização obrigarem exigências morais muito acima dos meios possíveis para o homem.

É interessante notar que duas das críticas dirigidas a estes escritos de Russell não se concentram apenas em seu conteúdo, mas também na escolha de palavras feita pelo filósofo britânico. Em seu artigo *Russell's political and economic philosophy*¹⁷⁰, Vivian Jerauld McGill tece duras críticas à visão de Russell sobre a natureza humana, ao seu programa de reformas extremamente vago, à sua “teoria das paixões”, às suas ideias sobre política e economia, e ao uso descuidado de termos diversos que poderiam, no fundo, significar a mesma coisa – “It should be noted that Mr. Russell uses ‘instinct’, ‘passion’, ‘impulse’, and ‘desire’, etc., interchangeably, and there is thus no need for nice distinctions”.¹⁷¹ Cecil Delisle Burns, por sua vez, usa um tom consideravelmente elogioso na sua resenha¹⁷² de *Principles of Social Reconstruction*, e aponta que a própria natureza do trabalho o obriga à indefinição de seus programas de reforma. Burns afirma que existem “algumas pequenas críticas que poderiam ser feitas” à obra, inclusive em relação à interpretação das palavras. Para ele, Russell cometia uma injustiça ao associar o conceito de “razão” com o de um mero cálculo, e a palavra “impulso”, por sugerir uma ideia de transitoriedade e excitabilidade irregular, lhe parece errada para se usar como uma concepção básica de filosofia social.¹⁷³

No que se refere a possíveis reações ao ensaio *Considerações atuais sobre a guerra e a morte*, admite-se, quase vergonhosamente, que delas não se teve notícia. O que se pode imaginar, entretanto, é que os críticos de Freud tenham mantido uma linha combativa, e que seus admiradores tenham visto com bons olhos as críticas e ponderações do “pai da psicanálise” a respeito do conflito que apenas começava a arrasar a Europa. Dentro da bibliografia consultada, a referência a esse texto não costuma passar disso, uma referência, e as atenções em

¹⁷⁰ MCGILL, V. J. “Russell's political and economic philosophy”. In: SCHILPP, Paul Arthur (ed.). *The Philosophy of Bertrand Russell*. Evanston: The Library of Living Philosophers, 1946. 2.ed. p.581-617.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 588. Tradução: “Deve-se notar que o Sr. Russell usa ‘instinto’, ‘paixão’, ‘impulso’, e ‘desejo’, etc., de maneira intercambiável, e, não há necessidade, portanto, de se fazer distinções sutis” [tradução livre].

¹⁷² BURNS, C. D. “The Principles of Social Reconstruction. Bertrand Russell”. *The International Journal of Ethics* 27, n. 3, abr. 1917. p. 384-387. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/intejethi.27.3.2377398>.

¹⁷³ *Ibid.*, p. 387.

relação às ideias de Freud sobre cultura e psicanálise parecem voltar-se principalmente para *O mal-estar na civilização*, no qual sua teoria da cultura aparece de forma mais consolidada.

Talvez tenha parecido curioso ao leitor deste trabalho a atenção dedicada às vidas de Freud e Russell. Tal recurso procurou não apenas se aproximar da ideia de Skinner de afastamento de uma análise do texto isolado e um deslocamento em direção ao autor, mas também contrastar as próprias diferenças entre as trajetórias pessoais desses intelectuais. Enquanto Freud cresceu estimulado pela família mas desencorajado e preterido no meio acadêmico, Russell libertou-se de um contexto familiar opressivo e encontrou seu lar em Cambridge, onde sua excelência foi reconhecida desde o início. Considerando-se que Freud era dezesseis anos mais velho do que Russell, é significativo que os dois tenham alcançado um cargo de importância dentro da academia com uma diferença de poucos anos (Freud em 1902, e Russell em 1908). Além disso, suas respectivas formações foram muito diversas e, até onde foi possível investigar, eles não compartilharam dos mesmos mentores. Não pareceria haver, assim, uma influência intelectual partilhada ou mesmo uma espécie de “temperamento” comum que justificasse suas visões a respeito do homem e de sua dimensão inconsciente.

Assim, o que existe de semelhança entre os dois parece restringir-se, de fato, aos seus textos. Para ambos, a filosofia política e as demandas morais de sua época ignoravam, ou pelo menos menosprezavam assombrosamente, o âmbito inconsciente da natureza humana, gerando prejuízos consideráveis para a existência dos indivíduos e da vida em comunidade. Para Freud, a principal força que governava essa dimensão não-consciente eram as pulsões; para Russell, os impulsos.

Em 1915, tanto as pulsões quanto os impulsos, eram divididos em dois grupos principais – estes, em criativos e possessivos; aquelas, em sexuais e de autopreservação. Ambos os conceitos presumem a latência dessas forças no interior do homem e suas relações nebulosas com os instintos, sendo estes ainda atribuídos, essencialmente, ao universo animal. De forma bastante semelhante, os dois autores argumentam que a origem dessas forças inconscientes era desconhecida, e que as mesmas só podiam ser conhecidas através de suas manifestações/corporificações. Além disso, a repressão de uma pulsão e a repressão de um impulso podem levar a efeitos semelhantes: o ressurgimento do

homem primitivo “da prisão mental a que fora confinado” e manifestações mais agressivas dessas forças.

Contudo, os dois autores possuem diferenças significativas em seus trabalhos, a começar pela rigorosa sistematização almejada por Freud, formado numa tradição que primava pela exatidão, em contraponto com a escrita supostamente despreocupada de Russell, que sequer considerava este seu trabalho como uma obra de filosofia.

Além disso, é inegável que, na sua economia dos impulsos, Russell estabeleceu valores positivos e negativos aos mesmos, chegando a declarar que considera melhor a vida na qual os impulsos criativos desempenham o maior papel¹⁷⁴, e propondo uma série de modificações que deveriam ser efetuadas na sociedade e nas instituições para que o resultado final fosse “lucrativo”.

As reflexões de Freud, por sua vez, inserem-se num projeto muito maior, de autorreflexão sobre a própria psicanálise. Nesse sentido, ele passou anos elaborando e reelaborando sua teoria das pulsões, parecendo mais preocupado em procurar compreender as sutilezas e “zonas cinzentas” desse conceito fronteiriço do que em elaborar uma cartilha ética que procurasse estabelecer o fortalecimento das pulsões “corretas” nos indivíduos.

Além disso, as intenções de cada um dos autores parecem ser bastante distintas. De início tomado por um patriotismo moderado, Freud tornou-se progressivamente crítico em relação à guerra, provavelmente à medida que seus filhos deixaram Viena para se juntar ao exército austro-húngaro. Assim, desde suas cartas a Andreas-Salomé, anteriores à publicação das *Considerações*, ele parecia decepcionar-se com os próprios rumos que a civilização europeia estava tomando, portando-se exatamente como a psicanálise “previra”. À época, Freud ainda enfrentava sérias críticas, e o recente rompimento com Jung adicionara mais um adversário à sua lista. Nesse sentido, pode-se imaginar que a autoconsciência de sua própria decepção com a guerra, somada à inconsciente necessidade de “provar” que a psicanálise se aplicava para além da terapia, teriam norteado a redação do ensaio nos princípios de 1915.

Russell, por outro lado, mostrara-se chocado e revoltado com uma guerra entre as grandes nações europeias desde o primeiro dia do conflito, a tal ponto que

¹⁷⁴ RUSSELL, B. *Por que os homens vão à guerra*. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 193.

chegou a se associar abertamente com grupos pacifistas – atitude que levaria à perda da cátedra na Trinity College e a seis meses de prisão. Apesar de almejar à universalidade em sua argumentação, parece ter a realidade inglesa como o pano de fundo para suas críticas sobre as principais instituições que organizam a vida do homem. Tal impressão, somada ao fato de que seu ativismo político vinha se fortalecendo desde o início do século, permitiria supor que o autor de *Principles of Social Reconstruction* tenha analisado menos a dimensão inconsciente e mais os problemas práticos resultantes do desprezo por esse âmbito, justamente porque suas intenções eram mais políticas do que psicológicas.

Posto isso, o ponto que parece re-unir os autores reside justamente no papel da violência como uma espécie de catalisador para suas reflexões – não qualquer tipo de violência, mas a violência de europeus contra europeus, a violência das grandes nações civilizadas entre si. É possível acreditar que tenha sido precisamente a autoconsciência daquilo que a civilização pode realizar contra si mesma que levou esses autores a redigirem seus textos da maneira que o fizeram, mesmo estando a quilômetros de distância, mesmo pertencendo a lados opostos no conflito e mesmo sem terem tomado conhecimento da obra um do outro até o fim da “guerra civil europeia” que mutilava a comunidade civilizada cosmopolita.

Bibliografia

ASSOUN, Paul-Laurent. **Freud e as ciências sociais: psicanálise e teoria da cultura**. São Paulo: Loyola, 2012.

BURNS, C. D. “The Principles of Social Reconstruction. Betrand Russell”. **The International Journal of Ethics** 27, n. 3, abr. 1917. p. 384-387. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/intejethi.27.3.2377398>.

CAREY, Rosalind; ONGLEY, John. **Historical dictionary of Bertrand Russell’s Philosophy**. Plymouth: The Scarecrow Press, 2009.

EAMES, Elizabeth R. **Bertrand Russell’s Dialogue with His Contemporaries**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1989.

EVERDELL, William R. **Os primeiros modernos: as origens do pensamento do século XX**. Trad. Cynthia Cortes e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

FREUD, Sigmund. **Zeitgemäßes über Krieg und Tod**. Zúrique: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1924.

_____. **Escritos sobre a guerra e a morte**. Trad. Artur Mourão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009. (Textos Clássicos de Filosofia). Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/freud_sigmund_da_guerra_e_da_morte.pdf.

_____. **Introdução ao narcisismo: estudos de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**, Obras Completas. vol. 12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **As pulsões e seus destinos**. Trad. Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Obras Incompletas de Sigmund Freud; 2).

GAY, Peter. **Freud: uma vida para o nosso tempo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRIFFIN, Nicholas (ed.). **The Cambridge Companion to Bertrand Russell**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HEIDERMAN, Werner (org.). **Clássicos da teoria da tradução**. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 2010. v. 1.

JASMIN, M. G. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, fev. 2005, p. 27-38.

KUNTZ, Paul. **Bertrand Russell**. Boston: Twayne, 1986.

MEZAN, Renato. **Freud: a trama dos conceitos**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

PRONT, Antoine; WINTER, Jay. **The Great War in History: debates and controversies, 1914 to the present**. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

RUSSELL, Bertrand. **The Autobiography of Bertrand Russell: 1872-1914**. Boston: Little, Brown and Company, 1967.

_____. **The Autobiography of Bertrand Russell: 1914-1944**. Boston: Little, Brown and Company, 1968.

_____. **Why men fight**. Nova York: Routledge Classics, 2010.

_____. **Por que os homens vão à guerra**. Trad. Renato Prelorentzou. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

SCHILPP, Paul Arthur (ed.). **The Philosophy of Bertrand Russell**. Evanston: The Library of Living Philosophers, 1946.

SKINNER, Q. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p.358-399. jan./abr. 2017. Tradução de: Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Londres: Cambridge University Press, 2001, vol. 1, cap. 4, p. 57-89. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180309202017358>

SOUZA, Paulo César de. **As palavras de Freud: o vocabulário freudiano e suas versões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.